



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

JAQUELINE DUTRA DE OLIVEIRA

**CAE NA REDE: CONSTRUINDO UM APLICATIVO PARA OS ESTUDANTES DO
ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Jaguari / RS

2020

JAQUELINE DUTRA DE OLIVEIRA

**CAE NA REDE: CONSTRUINDO UM APLICATIVO PARA OS ESTUDANTES DO
ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Renato Xavier Coutinho

Jaguari / RS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Federal Farroupilha – Campus Júlio de Castilhos
Processamento Técnico.

O48c Oliveira, Jaqueline Dutra de

CAE na rede : construindo um aplicativo para os estudantes do ensino médio integrado / Jaqueline Dutra de Oliveira - Jaguari, RS: [s.n.], 2020.

80 f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Farroupilha – Jaguari.
Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha.
Orientador: Prof. Dr.º Renato Xavier Coutinho.
Inclui bibliografia e apêndice.

1. Ensino integrado. 2. Assistência estudantil. 3. Políticas públicas.
4. Permanência. I. Título. II. Série.

CDU: 37

Índice para o catálogo sistemático:

Assistência estudantil	37:361
Políticas públicas	37.014.5
Permanência	371.22

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Joice Nara R. Silva – CRB -10/1826.

JAQUELINE DUTRA DE OLIVEIRA

**CAE NA REDE: CONSTRUINDO UM APLICATIVO PARA OS ESTUDANTES DO
ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 29 de maio de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Renato Xavier Coutinho

Instituto Federal Farroupilha

Orientador



Prof. Dr. Fábio Diniz Rossi

Instituto Federal Farroupilha



Prof. Dr. Eugênio de Oliveira Simonetto

Universidade Federal de Santa Maria

JAQUELINE DUTRA DE OLIVEIRA

APLICATIVO CAE NA REDE

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 29 de maio de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Renato Xavier Coutinho

Instituto Federal Farroupilha

Orientador



Prof. Dr. Fábio Diniz Rossi

Instituto Federal Farroupilha



Prof. Dr. Eugênio de Oliveira Simonetto

Universidade Federal de Santa Maria

AGRADECIMENTOS

À Deus por sempre atender minhas preces e permitir seguir meu caminho com sabedoria e coragem.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a buscar conhecimentos e pelo apoio incondicional. Sou abençoada por ter vocês em minha vida.

Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, pelo apoio, companheirismo e torcida.

Ao meu esposo Dener, pelo amor, companheirismo e paciência nos momentos de angústia e de dúvida. Obrigada pelas palavras de incentivo que não me deixaram desanimar e por estar sempre ao meu lado, sem você essa realização não seria possível.

À minha filha Giovanna, pela compreensão de tantas ausências, pelo amor e motivação. Desde pequena acompanha minha trajetória nos estudos e está sempre ao meu lado, tu é minha motivação para seguir em frente sempre. É uma benção de Deus.

Às minhas amigas Cristiane, Greice e Mariane e colegas da Coordenação de Gestão de Pessoas, pelo companheirismo, colaboração e incentivo.

Ao meu orientador, professor Dr. Renato Xavier Coutinho, pelas valiosas contribuições para o enriquecimento desse trabalho.

Aos colegas Haury, Evelize e Gabriela por cederem espaços em suas aulas para realização da minha pesquisa.

Aos professores do ProfEPT por tantos conhecimentos compartilhados. Ao professor Ricardo e ao Éder pela disponibilidade, ajuda e apoio de sempre.

Ao Instituto Federal Farroupilha, em especial ao campus São Vicente do Sul, por permitir a realização dessa pesquisa e por oferecer educação pública, gratuita e de qualidade. Tenho orgulho de fazer parte desta instituição.

À todas as pessoas que não citei, mas que de alguma maneira contribuíram para minha formação.

RESUMO

A educação que historicamente é marcada pelo dualismo, vem se modificando e buscando desenvolver ações que superem essa questão, possibilitando que todos possam ter acesso a uma formação integral. Nesse processo de democratização da educação, as políticas de assistência estudantil assumem importante papel para que os alunos tenham mais condições para acessar e permanecer na instituição de ensino, com o suporte necessário para se desenvolver integralmente. Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo desenvolver e avaliar a efetividade de um aplicativo como ferramenta para facilitar o acesso aos documentos da assistência estudantil desenvolvidas no IFFar campus São Vicente do Sul. Trata-se de um estudo quali-quantitativo, que resultou em dois artigos. No primeiro, buscou-se identificar as percepções dos alunos em relação às políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus e quais os seus impactos para a permanência dos alunos na instituição. Já no segundo artigo, avaliou-se o produto educacional, o aplicativo CAE na rede como uma ferramenta facilitadora para acesso aos documentos das políticas de assistência estudantil do campus. Diante dos resultados identificou-se no primeiro momento uma contradição, onde os alunos afirmam conhecer as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, mas não conhecem seu conceito e tudo que englobam. As políticas que os alunos mais utilizam ou já utilizaram são alimentação, moradia, saúde e atendimentos pedagógicos. Para acessar os documentos das políticas desenvolvidas no campus, os meios mais utilizados pelos alunos são site institucional, trocas entre colegas, reuniões de acolhimento e murais. Entretanto, para os estudantes essas formas de acesso são parcialmente satisfatórios. Já no segundo momento, após o uso do aplicativo CAE na rede, os discentes puderam avaliar esse produto educacional, onde apontaram estar bem organizado, sendo que usariam com frequência e recomendariam seu uso para colegas e nas reuniões de acolhimento. Após a navegação, afirmaram conhecer parcialmente o que são as políticas de assistência estudantil e tudo que elas envolvem, continuam apontando essas políticas como importantes para a permanência dos alunos na instituição. Além disso, para os alunos o aplicativo cumpre sua função de facilitar o acesso aos documentos das políticas de assistência estudantil, tornando a pesquisa mais fácil e prática, sendo uma ferramenta que auxilia principalmente os alunos que estão ingressando na instituição. Diante disso, percebe-se a importância de estudos sobre as políticas de assistência estudantil no ensino médio integrado, pois essa é uma modalidade que exige que os alunos fiquem em turno integral na instituição e que torna essencial, ações e estratégias que proporcionem condições para que os alunos possam permanecer e se desenvolver integralmente. Ressalta-se a necessidade de ampliação dos espaços para o diálogo sobre o tema, em busca do reconhecimento dessas políticas como um direito social, que visa à democratização do ensino e a redução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Assistência Estudantil; Ensino Integrado; Permanência.

ABSTRACT

Education that has historically been marked by dualism, has been changing and seeking to develop actions that overcome this issue, allowing everyone to have access to comprehensive training. In this process of democratization of education, student assistance policies assume an important role so that students are better able to access and remain in the educational institution, with the necessary support to develop fully. In this context, the present study aimed to develop and evaluate the effectiveness of an application as a tool to facilitate access to student assistance documents developed at the IFFar campus São Vicente do Sul. This is a qualitative and quantitative study, which resulted in two articles. In the first, we sought to identify the perceptions of students in relation to student assistance policies developed on campus and what are their impacts on the permanence of students in the institution. In the second article, the educational product, the CAE application on the network, was evaluated as a facilitating tool for accessing documents on campus student assistance policies. In view of the results, a contradiction was identified at the first moment, where students claim to know the student assistance policies developed on campus, but they do not know their concept and everything that they encompass. The policies that students use the most or have used are food, housing, health and pedagogical assistance. To access policy documents developed on campus, the means most used by students are the institutional website, exchanges between colleagues, welcoming meetings and murals. However, for students these forms of access are partially satisfactory. In the second moment, after using the CAE application on the network, the students were able to evaluate this educational product, where they stated that it was well organized, and that they would use it frequently and recommend its use to colleagues and at welcoming meetings. After browsing, they claimed to know partially what student assistance policies are and everything they involve, continue to point out these policies as important for the students' permanence in the institution. In addition, for students, the application fulfills its function of facilitating access to student assistance policy documents, making research easier and more practical, being a tool that mainly helps students entering the institution. In view of this, it is clear the importance of studies on student assistance policies in integrated high school, as this is a modality that requires students to stay full time in the institution and that makes it essential, actions and strategies that provide conditions for them to students can stay and develop fully. The need to expand spaces for dialogue on the topic is emphasized, seeking to recognize these policies as a social right, aimed at democratizing education and reducing social inequalities.

Keywords: Public policy; Student Assistance; Integrated Teaching; Permanence.

LISTA DE TABELAS

ARTIGO 1

Tabela 1 – Respostas referentes às questões 1 e 2.....	34
Tabela 2 – Respostas referentes à questão 3.....	36
Tabela 3 – Respostas referentes à questão 4.....	37
Tabela 4 – Respostas referentes à questão 5.....	38
Tabela 5 – Respostas referente à questão 6	39
Tabela 6 – Respostas referentes à questão 7.....	41
Tabela 7 – Respostas referentes à questão 8.....	41

ARTIGO 2

Tabela 1 – Respostas referentes às questões 1,2 e 3.....	53
Tabela 2 – Respostas referentes às questões 4,5 e 6.....	54
Tabela 3 – Respostas referentes às questões 7 e 8.....	55
Tabela 4 – Respostas referentes à questões 9	55
Tabela 5 – Respostas referentes à questões 10	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAE – Coordenação de Assistência Estudantil

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

EMI – Ensino Médio Integrado

IFFar – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

PAE – Políticas de Assistência Estudantil

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1. INTRODUÇÃO	16
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2 JUSTIFICATIVA	17
1.3 OBJETIVOS	18
1.3.1 Objetivo Geral	18
1.3.2 Objetivos Específicos	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	20
2.2 INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	21
2.3 ENSINO MÉDIO INTEGRADO	23
2.4 PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO	24
2.5 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	25
2.6 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	27
3. METODOLOGIA	29
4. ARTIGOS CIENTÍFICOS	31
4.1 ARTIGO 1	31
4.2 ARTIGO 2	48
5. DISCUSSÃO	63
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
7. PERSPECTIVAS	69
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE 1 – Produto educacional	74
APÊNDICE 2 – Questionário 1	76
APÊNDICE 3 – Questionário 2	79
ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado do CEP	81

APRESENTAÇÃO

A busca pelo Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), se deu devido minha formação em Licenciatura em Pedagogia, por ser servidora em um Instituto Federal e por acreditar na educação como significado de transformação. Entretanto, a desigualdade social presente na sociedade, também impacta na escola, onde muitas vezes acaba por fazer o estudante abandoná-la. Diante disso, as Políticas de Assistência Estudantil têm importante papel na busca pela democratização do ensino e da redução das desigualdades sociais.

Por isso a escolha de trabalhar sobre as Políticas de Assistência Estudantil no ensino médio integrado, pois essa é uma modalidade de ensino diferenciada, e no caso do Instituto Federal Farroupilha – campus São Vicente do Sul, que atende alunos de diversos municípios do estado do Rio Grande do Sul e de outros estados do Brasil, a realidade torna-se mais heterogênea, e exige atenção para atender as particularidades dessa comunidade escolar.

Nesse sentido, torna-se necessário estudar essa temática, para buscar por estratégias e instrumentos que fortaleçam essas políticas. Sendo assim, foi desenvolvido o aplicativo CAE na rede, onde alguns documentos das políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus estão disponíveis, facilitando o acesso a essas informações e assim permitindo mais autonomia e conhecimento sobre o que é desenvolvido na instituição.

Sendo assim, a presente dissertação, está organizada da seguinte maneira: INTRODUÇÃO dividida em: problema da pesquisa, justificativa e objetivos (geral e específicos), REFERENCIAL TEÓRICO, que traz a discussão sobre as políticas de assistência estudantil no ensino médio integrado, METODOLOGIA, que apresenta a organização da estrutura da dissertação, já que cada artigo possui sua metodologia, RESULTADOS que estão apresentados na disposição de dois artigos, DISCUSSÕES E CONCLUSÕES, encontram-se as reflexões e considerações em relação à pesquisa, PERSPECTIVAS em relação ao que se espera com esse estudo e as REFERÊNCIAS que trazem os fundamentos teóricos para a realização desse trabalho. Salienta-se que essas referências referem-se às citações apresentadas na estrutura da dissertação, visto que cada artigo possui as suas referências

1. INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos, é o que regulamentam as legislações como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Entretanto, devido ao cenário de desigualdade social em que vivemos a educação ainda não é um direito de todos. Para muitos além das dificuldades para acesso, permanecer em uma instituição de ensino é praticamente impossível, fazendo com que esses sujeitos abandonem a escola.

As desigualdades sociais na escola nos dias de hoje, ainda são reflexos de um histórico dualista, onde existia distinção de formação, para a elite uma formação propedêutica e para a classe trabalhadora formação técnica, de mão de obra para atender o mercado de trabalho. Quando, se insere no cenário da Educação Profissional, seu ensino configurava-se com um instrumento assistencialista, com o objetivo de preparar os mais pobres para o exercício profissional, uma formação fragmentada que não permitia a compreensão das dimensões do trabalho.

Entretanto, devido às mudanças exigidas pela globalização, pelo desenvolvimento e ampliação das tecnologias, a educação de uma maneira geral, e também a educação profissional vem se reconfigurando em um perfil mais dinâmico, na busca de proporcionar uma formação integral dos alunos, para que possam se desenvolver plenamente, tendo todas as suas dimensões respeitadas e contempladas.

Nesse processo de mudança e de busca da democratização do ensino, os Institutos Federais, criados pela lei 11.892 de 2008, tornam-se exemplos dessa nova configuração da educação profissional e tecnológica, que traz consigo a educação, ciência e tecnologia articuladas no intuito de promover educação integral. Além disso, com a intenção de potencializar o desenvolvimento local e regional os institutos sofreram uma grande ampliação no número de instituições, aumentando assim o número de vagas disponíveis para os estudantes.

Contudo, não basta apenas à expansão das instituições e de vagas, é preciso estratégias que garantam a permanência dos estudantes na instituição de ensino, pois a evasão escolar é um tema recorrente e que acontece por diversos fatores sejam eles internos ou externos a instituição, e assim as políticas de assistência estudantil, assumem uma postura significativa, na busca pela garantia do acesso, permanência e êxito dos discentes.

Por isso, o trabalho CAE na rede: construindo um aplicativo para os estudantes do ensino médio integrado, tem como propósito o desenvolvimento de um aplicativo, que busca

centralizar e facilitar para os alunos o acesso aos documentos das políticas de assistência estudantil do campus, permitindo que conheçam quais são seus direitos e deveres em relação a essas políticas, que são desenvolvidas na busca de possibilitar a permanência e a formação integral dos estudantes.

Visto que as políticas de assistência estudantil devem promover por meio de suas ações, as condições necessárias para que os alunos consigam se manter na instituição de ensino, tendo não apenas as questões financeiras contempladas, mas também a saúde, a cultura, o esporte e o lazer como aspectos essenciais para uma formação humana integral.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como facilitar o acesso aos documentos referentes às políticas de assistência estudantil desenvolvidas no IFFar campus São Vicente do Sul?

1.2 JUSTIFICATIVA

Os Institutos Federais são instituições que vem reconfigurando a educação profissional e tecnológica, para que esta deixe de ser formação de mão de obra rápida e barata, para ser uma ruptura da dualidade educacional, e assim possa ser permitida a travessia social, onde todos têm acesso a uma educação de qualidade e possam lutar por sua inclusão na sociedade, no mundo do trabalho, consciente do seu papel como cidadão.

Nessa perspectiva, umas das principais características dos Institutos Federais é o ensino médio integrado, que tem importante função social, pois permite a formação básica e técnica, baseada numa formação integral do sujeito, que ao final desta etapa possa escolher entre seguir seus estudos e/ou se inserir no mundo do trabalho de maneira que sua formação pode lhe permitir buscar por condições mais justas de trabalho e de vida.

Assim, na busca pela democratização do ensino, as políticas de assistência estudantil, configuram-se como importantes ferramentas nesse processo. Mais do que ações que considerem as questões socioeconômicas, étnico-raciais e de pessoas com deficiência, essas políticas dentro do ambiente escolar possibilitam o respeito as diferentes identidades e culturas, permite que o estudante possa se desenvolver em todas as suas dimensões por meio

de uma formação integral. Nesse sentido, tornam-se necessários os estudos e pesquisas nessas instituições para aprofundar os conhecimentos e auxiliar no seu fortalecimento como local de formação integral, de superação, de ruptura, de possibilidades de reduzir as desigualdades sociais.

Por isso, após a identificação problema de pesquisa, de como facilitar o acesso aos documentos referentes às políticas de assistência estudantil desenvolvidas no IFFar campus São Vicente do Sul, torna-se relevante a busca por novas estratégias de acesso e divulgação dessas políticas, pois muitos alunos encontram dificuldade em conhecer as políticas desenvolvidas na instituição, possuem dificuldades em acessar as informações referentes a essas políticas e principalmente em relação ao seu conceito e tudo que englobam. Para os alunos que estão ingressando na instituição, além do processo de adaptação, ainda precisam conhecer toda a organização estrutural e didático pedagógica da instituição, além dos seus direitos e deveres e muitas vezes os meios para acesso não são satisfatórios, o que pode impactar na trajetória desses sujeitos, sendo assim, é preciso oferecer aos alunos instrumentos que tornem essa pesquisa das informações prática e intuitiva.

Portanto essa pesquisa justifica-se, pela necessidade de estudos sobre as maneiras que os alunos acessam as políticas de assistência estudantil, e assim auxiliar na busca de ações e estratégias diferenciadas que facilitem o acesso, tendo em vista o fortalecimento dessas políticas como um direito social que busca a democratização do ensino e a redução das desigualdades sociais. Além disso, contribuir para o reconhecimento dos Institutos Federais como espaço de transformação e emancipação, que oferecem educação pública, gratuita e de qualidade, que permite aos sujeitos condições de ter acesso e permanecer na instituição e usufruir de uma formação integral, e obter êxito nos estudos.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Desenvolver e avaliar a efetividade de um aplicativo para centralizar e facilitar o acesso aos documentos da assistência estudantil do IFFar campus São Vicente do Sul.

1.3.2 Objetivos Específicos

- ✓ Identificar os documentos da assistência estudantil.
- ✓ Verificar as percepções dos alunos em relação às políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus.
- ✓ Desenvolver um aplicativo com documentos da assistência estudantil.
- ✓ Analisar a efetividade do aplicativo, como uma ferramenta facilitadora para acesso dos documentos das políticas de assistência estudantil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A história da educação básica e profissional brasileira mostra que inicialmente a educação era dualista, ou seja, para a elite ou para classe dominante, para os que possuíam mais recursos financeiros, a educação era mais completa, onde a arte, a cultura, o conhecimento científico era valorizado, o que permitia que continuassem no poder. Para a classe trabalhadora, para os desprovidos de riquezas, que viviam da venda da sua força de trabalho, as instruções, ensinamentos eram limitados a um conhecimento técnico que fosse o suficiente para exercer uma atividade específica.

A relação entre a educação básica e profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade. Nesse sentido, até o século XIX não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes. Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais já que aos filhos das elites estava assegurada essa escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhes era negado o acesso. (MOURA, 2007, p. 05)

A educação acabava por contribuir com a reprodução das desigualdades sociais, pois, a elite tinha acesso a uma educação mais intelectual, enquanto para os demais era ofertado o ensino de técnicas, na maioria dos casos apenas instruções práticas. Nesse contexto a educação profissional tinha um caráter assistencialista, pois recebia os jovens com condições de vida mais desfavoráveis, ensinando um ofício, preparando-os apenas para o exercício profissional.

No Brasil, o dualismo se enraíza em toda a sociedade através de séculos de escravidão e discriminação do trabalho manual. Na educação, apenas quase na metade do século XX, o analfabetismo se coloca como uma preocupação das elites intelectuais e a educação do povo se torna objeto de políticas de Estado. Mas seu pano de fundo é sempre a educação geral para as elites dirigentes e a preparação para o trabalho para os órfãos, os desamparados. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 32)

Entretanto, devido o avanço das tecnologias, da industrialização, da inserção das maquinarias, começou ser exigido um novo perfil de profissional, mais flexível e autônomo, e que tivesse um conhecimento mais globalizado, para que assim pudesse atuar em mais de uma atividade. Isso exigiu uma reformulação da educação profissional, que passa a formar sujeitos mais dinâmicos, críticos, que tem o trabalho e conhecimento científico articulados, proporcionando uma compreensão mais abrangente de todo o processo produtivo.

A educação profissional deixa de ter caráter assistencialista e passa a ser um instrumento de mudança para os jovens, pois a educação que antes era voltada para ensinar técnicas, passa a integrar prática e conhecimento científico, valorizando a arte, a cultura e o trabalho como princípio educativo, proporcionando um ensino de qualidade que possibilita que o sujeito possa compreender o processo produtivo de forma global e contextualizada.

Atualmente, não se concebe uma Educação Profissional identificada como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas a serem executadas. A Educação Profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho. (BRASIL, 2012)

Portanto, devido às mudanças nas concepções da educação profissional, hoje pode ser considerada como um instrumento para diminuir as desigualdades sociais, pois oferta um ensino de qualidade, ao qual a classe trabalhadora tem acesso e pode aprender não somente com as disciplinas básicas, mas também com as técnicas de maneira articulada, tendo como princípios norteadores a ciência, tecnologia, o trabalho, uma educação emancipadora e democrática que forme cidadãos autônomos, éticos e críticos.

2.2 INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Os Institutos Federais foram criados pela lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com o intuito de ofertar Educação Profissional e Tecnológica em todas as modalidades, de forma gratuita, de qualidade, e organizada para atender as necessidades locais e regionais da sociedade, promovendo a ciência e tecnologia por meio do ensino, pesquisa e extensão.

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com

base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; (BRASIL, 2008)

Os Institutos Federais buscam ofertar um ensino que tenha a educação, ciência e tecnologia articuladas, oferecendo um ensino contextualizado, que contemple uma formação geral e de qualidade para os alunos. Também, a pesquisa e a extensão têm papel fundamental nesse percurso, pois além de colocar os educandos como sujeitos ativos, construtores de sua própria aprendizagem, estão interagindo com demandas da comunidade, identificando possíveis dificuldades e buscando estratégias para solucioná-las, praticando a cidadania e tendo o trabalho como princípio educativo.

Art. 7º [...] são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. (BRASIL, 2008)

Nesse sentido, os Institutos Federais, tem importante função social, pois são instituições que rompem com a educação dualista. E, além disso, oferecem um ensino globalizado que oportuniza o exercício e consciência da cidadania, tem o trabalho como princípio educativo, o que auxilia em uma formação humana e integral, permitindo aos educandos possibilidade de lutar por condições mais justas e dignas de vida e de trabalho e ainda contribuindo para diminuir as desigualdades sociais.

Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele. (PACHECO, 2011, p.15)

Os Institutos Federais pelas suas características buscam consolidar uma educação emancipadora, comprometida com a luta por uma sociedade mais justa, humana e igualitária,

formando cidadãos éticos, críticos, autônomos e conscientes da sua função perante a comunidade na qual está inserido.

2.3 ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Os Institutos Federais têm como referência a oferta do ensino médio integrado, onde a formação básica é articulada com o ensino técnico. O educando tem acesso a um ensino que lhe dá uma formação profissional, que proporciona condições de ingressar no mundo do trabalho e/ou prosseguir os estudos no ensino superior, tendo assim, importante função social.

Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas; (BRASIL, 2012)

O objetivo do ensino médio integrado não é formar apenas técnicos, mas sim sujeitos capazes de interpretar a realidade e intervir no mundo de forma consciente. Superar a visão dicotômica entre o trabalho manual e intelectual, possibilitando um ensino mais democrático e justo, fortalecendo a identidade e o empoderamento da classe trabalhadora, visando a travessia para uma nova realidade por meio de uma educação profissional e tecnológica de qualidade.

Assim, quando se fala em formação integrada ou no Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, [...] significa enfocar o trabalho como princípio educativo, objetivando superar a tradicional e preconceituosa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, incorporando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e vice-versa, objetivando a formação de

trabalhadores capazes de atuar democraticamente como cidadãos, na posição de dirigentes ou de subordinados. (BRASIL, 2012, p. 29)

O trabalho como princípio educativo, além de viabilizar o entendimento dos processos históricos e ontológicos do trabalho, aquele que transforma o ser humano em um ser social, também auxilia na construção da identidade das classes e o fortalecimento da luta por uma sociedade mais democrática.

O ensino médio, concebido como educação básica e articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se em direito social e subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida. Trata-se de uma base para o entendimento crítico de como funciona e se constitui a sociedade humana em suas relações sociais e como funciona o mundo da natureza, da qual fazemos parte. Dominar no mais elevado nível de conhecimento estes dois âmbitos é condição prévia para construir sujeitos emancipados, criativos e leitores críticos da realidade onde vivem e com condições de agir sobre ela. Este domínio também é condição prévia para compreender e poder atuar com as novas bases técnico-científicas do processo produtivo. (FRIGOTTO, 2005, p.76)

A educação tem caráter social e ético-político, que possibilita transformações nos alunos e na sociedade. Nesse viés, o ensino médio integrado assume importante papel na travessia para uma nova realidade, por meio de um ensino emancipador, omnilateral, com o trabalho como princípio educativo, e que não tenha uma visão diferenciada entre trabalho manual e intelectual, mas que esses aspectos possam estar interligados construindo uma formação humana e integral dos alunos e proporcionar condições para que a classe trabalhadora possa mudar de condições e lutar por mais igualdade.

2.4 PROGRAMA DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

Nessa perspectiva, o IFFar (2014, p. 06) desenvolveu o Projeto do Programa Permanência e êxito, que tem como objetivo Geral, “consolidar a excelência da oferta da EBPTT de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes no IFFar”, buscando investigar, socializar e propor ações que minimizem as situações que ocasionam a evasão e retenção, atuar de forma preventiva e instigar o sentimento de pertencimento à instituição.

Para isso foi organizada uma comissão, para elaborar o Programa de Permanência Êxito e um plano de ações, que a partir de estudos de evasão, retenção e reprovação, planejou as ações para reduzir esses índices e auxiliar na permanência e êxitos dos alunos.

De acordo com o PPE é considerada evasão, o abandono do curso e retenção, quando o curso não é integralizado no período determinado no projeto Pedagógico do curso. E como forma de organizar o planejamento das ações para minimizar essas situações, foram categorizadas as possíveis motivações para ocorrer a evasão e retenção, que são as seguintes, fatores individuais ao estudante, fatores internos à instituição e fatores externos à instituição.

Assim, é possível perceber que é complexa e diversa a temática evasão e retenção, pois pode acontecer por vários motivos, o que exige um comprometimento da instituição e seus profissionais em aprofundar os estudos, para assim poder desenvolver estratégias e ações que contemplem esse heterogêneo contexto e dessa maneira possibilitar não apenas acesso, mas também a permanência e êxitos dos alunos.

O foco do Programa Permanência e Êxito, é concentrar os esforços institucionais nas ações que garantam a permanência e o êxito dos alunos, buscando, desta maneira minimizar as situações que geram a retenção e/ou o abandono do ambiente escolar. O foco no sucesso do aluno, na verdade, deveria ser sempre a finalidade primordial de uma instituição de ensino. (IFFar, 2014, p. 7).

O programa justifica-se pela necessidade de reduzir os índices de evasão e retenção, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional; pelo retorno do investimento social na instituição, pelas finalidades da Rede Federal de Educação Profissional, que prevê que cada instituição deve elaborar um Plano Institucional de Monitoramento e Intervenção para superação da evasão e retenção; e devido ao Termo de acordo de metas e Compromissos assinados pelos Institutos Federais e o MEC e o Acordão TCU nº 506/2013 – 13.03.213.

Além do aumento de vagas, ocasionados devido à interiorização dos Institutos Federais, da ampliação das ações afirmativas, é necessário que sejam desenvolvidas ações que garantam o acesso, permanência, êxito dos educandos e que assim possam tanto dar prosseguimento aos estudos e/ou se inserir no mundo do trabalho.

2.5 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Assistência Estudantil do IFFar desenvolve-se a partir das diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010) por meio de ações, como:

- I - Moradia estudantil;
- II - Segurança alimentar e nutricional;
- III - Auxílio financeiro aos estudantes;
- IV - Atenção à Saúde;
- V - Promoção do esporte, cultura e lazer;
- VI - Apoio didático-pedagógico;

VII - Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Como forma de organização cada campus do IFFar possui uma Coordenação de Assistência estudantil que trabalha juntamente com as Pró-reitorias, grupos de trabalhos e comitês assessores, para atender a diversidade de necessidades da comunidade acadêmica dos campus. De acordo com o IFFar (2014-2018, p. 153), a “Assistência Estudantil tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes e contribuir para a permanência desses, a partir de medidas que minimizem situações de retenção e evasão”.

Para atender a essas demandas, a assistência estudantil é composta por uma equipe com diversos profissionais, assistente social, assistente de alunos, técnico em assuntos educacionais, pedagogo, psicólogo, nutricionista, médico, odontólogo, técnico em enfermagem, que juntamente com os outros profissionais da instituição devem desenvolver ações de estímulo à permanência baseadas em:

I - em ações pedagógicas inclusivas para pessoas com ou sem necessidades educativas especiais;

II - na destinação de recursos financeiros para fins de apoio aos estudantes;

III - em bolsas para atividades de ensino, pesquisa e extensão que estimulem a participação de estudantes que se identifiquem com projetos específicos e neles possam atuar, não sendo o critério renda o primordial;

IV - em atividades de caráter biopsicosocial e pedagógico para propiciar condições de estudo e qualidade da vida estudantil. (IFFar, 2013, p. 56)

O IFFar tem como objetivos a luta pela democratização do ensino, oferecendo educação pública, gratuita e de qualidade, desenvolvendo ações na busca da consolidação de políticas públicas de assistência estudantil que garantam não somente o acesso, mas também a permanência e o êxito dos alunos, na busca de diminuir o distanciamento entre as classes sociais e assim a construção de uma sociedade mais igualitária.

É importante destacar que a **democratização da educação** não se limita ao acesso à instituição educativa. O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos/as os/as que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com **acesso e permanência** de todos/as no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade. (CONAE, 2018, p. 64. Grifos do autor)

A democratização da educação, não se restringe a garantir o acesso dos educandos a uma instituição de ensino, ela se constitui na consolidação de políticas de assistência estudantil, em ações de acolhimento, que estimula no aluno o sentimento de pertencimento a escola, na ruptura da educação dualista, que visa superação da formação de mão de obra para

atender as demandas do mercado capitalista, pela formação humana integral, onde o aluno possa permanecer na escola e se desenvolver de forma crítica e autônoma.

2.6 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Efetivar ações e políticas de acesso é um dos primeiros passos para a democratização do ensino, mas para que isso se efetive, a jornada é complexa e exige empenho das instituições de ensino, pois é preciso também garantir a permanência e o êxito desses educandos por meio de uma educação integral, que perceba e entenda os sujeitos em sua totalidade, garantindo-lhes autonomia, e o exercício da cidadania e democracia.

Desse modo, exigindo, ao mesmo tempo, consenso, diversidade e conflituosidade, a democracia é um sistema complexo de organização e de civilização políticas que nutre e se nutre da autonomia de espírito dos indivíduos, da sua liberdade de opinião e de expressão, do seu civismo, que nutre e se nutre do ideal Liberdade – Igualdade – Fraternidade, o qual comporta uma conflituosidade criadora entre estes termos inseparáveis. (MORIN, 2011, p. 96)

A escola vem se constituindo como espaço democrático, lutando por igualdade no acesso, permanência e êxito dos alunos, por isso necessita estar em constante reflexão a fim de atender as demandas que lhe são colocadas pela diversidade acadêmica que atendem.

É importante observar, também, que a concepção de **sucesso escolar** de uma proposta democrática de educação não se limita ao desempenho do/da estudante. Antes, significa a garantia do direito à educação, que implica, dentre outras coisas, uma trajetória escolar sem interrupções, o respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade e ao conhecimento. [...] Significa, também, reconhecer o peso das desigualdades sociais nos processos de acesso e permanência à educação e a necessidade da construção de políticas e práticas de superação desse quadro. A efetivação do sucesso escolar implica a superação de uma visão que atribui exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade pelo seu desempenho escolar. Sua garantia dar-se-á por meio de ações integradas que implicam a compreensão do fenômeno educativo na sua dimensão pedagógica, institucional, relacional, cultural e social. (CONAE, 2018, p. 64. Grifos do autor)

A educação profissional e tecnológica oferecida pelos Institutos Federais vem como um movimento de ruptura entre a educação dualista, e assim contribui para diminuir o distanciamento entre as classes sociais. Nesse sentido, as políticas de assistência estudantil têm papel importante na configuração da democratização da escola, e são “instrumentos” que auxiliam os jovens mais vulneráveis a se sentir como pertencentes da instituição da qual fazem parte.

As políticas de assistência estudantil auxiliam a suprir as necessidades básicas como alimentação, moradia e cuidados com a saúde, principalmente para aqueles alunos mais vulneráveis, além disso, colabora para uma formação integral, onde o aluno possa se

desenvolver por meio do esporte, cultura e lazer, integrando toda a comunidade acadêmica nesse processo.

Além desses benefícios, e do suporte da equipe multiprofissional, que estão à disposição para atendimento dos alunos, também são desenvolvidos projetos de ensino, pesquisa, extensão, onde os estudantes podem participar como voluntários ou ainda participar dos editais para concorrer a bolsa de estudo, o que pode dar um retorno em remuneração e mais do que isso proporciona e estimula um envolvimento e participação mais efetiva na sua formação como aluno e cidadão.

3. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, do tipo documental exploratória. É documental, devido à análise das legislações federais e documentos institucionais que estão ligados as Políticas de assistência estudantil que tem como objetivo proporcionar igualdade no acesso, permanência e êxito dos educandos.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2008, p. 51).

E será exploratória, pois se faz necessária quando o objetivo é proporcionar uma visão geral sobre determinado fato, e quando a temática escolhida é pouco explorada. Conforme Gil (2018, p. 27), “[...] este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

A pesquisa será quanti-qualitativa, pois de acordo com Malheiros (2011, p. 32) “Pesquisas quantitativas buscam transformar a realidade em dados quantificáveis. Já as qualitativas têm o objetivo de compreender a percepção do sujeito. As pesquisas quanti-qualitativas combinam as duas visões”.

A pesquisa será dividida em três momentos, primeiro serão identificadas as percepções dos alunos em relação às políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, no segundo momento será realizada a análise documental onde será feita a identificação dos documentos institucionais referentes às políticas da assistência estudantil do campus e por fim, será desenvolvido, aplicado e avaliado o produto educacional, um aplicativo sobre os documentos das políticas de assistência estudantil do IFFar campus São Vicente do Sul.

Para identificar as percepções dos alunos em relação às políticas de assistência estudantil e para avaliação da efetividade do produto educacional, será utilizado como instrumento de pesquisa, o questionário, composto de questões fechadas e abertas, pois conforme Gil (2008, p. 122), tem algumas vantagens:

- a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa [...]
- b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores;
- c) garante o anonimato das respostas;

d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;

e) não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

4. ARTIGOS CIENTÍFICOS

Os resultados do presente estudo estão apresentados e organizados na forma de dois artigos científicos. Sendo que o primeiro artigo está disposto na forma em que foi enviado para submissão em revista.

4.1 ARTIGO 1

Esta versão foi enviada para submissão na Revista UFSM Educação ISSN 1984-6444, na data de 11 de abril de 2020.

Políticas de assistência estudantil e a permanência escolar em um Instituto Federal

RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar a importância das políticas de assistência estudantil para a permanência dos estudantes do primeiro ano do Ensino Médio Integrado (EMI) de um Instituto Federal. Trata-se de um estudo quanti-qualitativo, e o instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário elaborado para a realização deste estudo. A análise de dados foi desenvolvida por meio da estatística descritiva e a análise de conteúdo. Com o estudo, identificou-se que existe uma contradição em relação ao conhecimento que os alunos possuem sobre as políticas de assistência estudantil e sobre as que são desenvolvidas na instituição. Além disso, para os alunos os recursos disponibilizados para acesso as informações da assistência estudantil são parcialmente satisfatórios. E ainda, os estudantes consideram relevantes as políticas de assistência estudantil para a permanência na instituição. Partindo dos aspectos estudados, conclui-se que as políticas de assistência estudantil impactam positivamente para a permanência dos estudantes, não somente pela disponibilização de recursos financeiros, mas também por oferecer ações que contemplem todas as dimensões dos sujeitos, permitindo que possam se desenvolver plenamente. Essas políticas principalmente na educação profissional apresentam-se como instrumentos para a superação da educação dualista e para a democratização do ensino.

Palavras-chave: Políticas; Assistência estudantil; Permanência.

ABSTRACT

This article aims to investigate the importance of student assistance policies for the permanence of students in the first year of Integrated High School (EMI) at a Federal

Institute. It is a qualitative and quantitative study, and the instrument used for data collection was a questionnaire designed to carry out this study. Data analysis was performed using descriptive statistics and content analysis. It was identified that there is a contradiction about the knowledge that students have about student assistance policies and those that are developed in the institution. In addition, for students, the resources available to access student assistance information are partially satisfactory. And yet, students consider student assistance policies to be relevant to stay at the institution. Based on the aspects studied, it is concluded that student assistance policies have a positive impact on the permanence of students, not only by making financial resources available, but also by offering actions that contemplate all dimensions of the subjects, allowing them to develop fully. These policies mainly in professional education are presented as instruments for overcoming dualistic education and for the democratization of education.

Keywords: Policies; Student assistance; Permanence.

Introdução

A história da educação no Brasil mostra que por muito tempo foi dualista, fazendo distinções nas suas formas de organização, para a elite uma educação propedêutica, formação para dirigentes e para a classe trabalhadora uma educação técnica, formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Entretanto, a globalização fez com que a educação comesasse a se reorganizar a fim de preparar profissionais mais flexíveis e que assim acompanhassem as constantes mudanças dessa sociedade cada vez mais tecnológica.

O início do século XX trouxe uma novidade para a educação profissional do país quando houve um esforço público de sua organização, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional. (RAMOS, 2014, p. 25)

Um exemplo dessa mudança na Educação Profissional são os Institutos Federais, criados em 2008, pela lei 11.892 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Essas instituições oferecem educação superior, básica e profissional, proporcionando uma educação verticalizada.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica. (PACHECO, 2011, p. 25)

Ainda, um diferencial dos Institutos Federais consiste na oferta do Ensino Médio Integrado (EMI), que é a educação básica integrada ao ensino profissional, e que tem como

objetivo oferecer uma formação humana integral, onde o aluno pode continuar seus estudos e/ou se inserir no mundo do trabalho bem qualificado, consciente das dimensões históricas e ontológicas do trabalho na construção da dignidade do ser humano.

Nessa busca pela democratização da educação, o ensino deve ser ministrado permitindo, de acordo com a Constituição Federal de 1988, no art. 206, “I - a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, proporcionando uma educação que seja igualitária e que permita a todos se desenvolverem plenamente. Assim, as políticas de assistência estudantil têm papel significativo nos espaços escolares e nesse processo de democratização.

Essas políticas são ainda mais significativas em instituições como os Institutos Federais, onde o público atendido é heterogêneo, pois recebem alunos de vários municípios, com realidades culturais, econômicas, sociais diferentes. Este fato torna necessária a busca por estratégias e a implementação de políticas de assistência estudantil, que auxiliem na redução dos índices de evasão e retenção, e assim todos tenham oportunidades para permanecer e obter êxito.

Diante dessa realidade, surge a necessidade de estudar as políticas de assistência estudantil e seus impactos na permanência dos estudantes na instituição. E assim buscando, a partir disso, mecanismos para fortalecer essas políticas e proporcionar condições a todos os alunos para que possam se desenvolver de forma integral, em todas as suas dimensões.

Portanto, o presente estudo foi realizado no final do segundo semestre do ano de 2019, com o objetivo de investigar qual o nível de conhecimento e entendimento dos alunos do primeiro ano do ensino médio integrado (EMI), em relação às políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, de que forma eles acessam essas informações, se utilizam ou utilizaram algum benefício e se isso impacta na sua permanência na instituição.

Metodologia

Com a finalidade de atingir os objetivos da pesquisa, foi desenvolvido um estudo quanti-qualitativo. Conforme Malheiros (2011), “pesquisas quantitativas buscam transformar a realidade em dados quantificáveis. Já as qualitativas têm o objetivo de compreender a percepção do sujeito. As pesquisas quanti-qualitativas combinam as duas visões”. Assim, foi realizado um estudo de caso, que segundo Yin (2015), é uma estratégia adequada quando se tem questões de “como”, “por que” e “quando” a essência da pesquisa está nos eventos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Para a realização da pesquisa, foi realizado o cadastro no Comitê de Ética da Pesquisa, sob o número de registro 3.545.642 e assim para os alunos maiores de 18 anos foi entregue para assinatura o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e para os alunos menores de 18 anos foram entregues o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), e para assinatura dos pais o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa foi realizada em um Instituto Federal, localizado em um município da região central do estado do Rio Grande do Sul (RS), com 8.440 habitantes conforme censo do IBGE de 2010. Na instituição são oferecidos cursos nas modalidades do ensino médio integrado, subsequente e graduação, totalizando 14 cursos, com um total médio de 1.800 alunos matriculados, sendo que esses estudantes vêm de aproximadamente 80 municípios não só do RS, como também de outros estados do País, como Santa Catarina, São Paulo e Pará.

De acordo com dados institucionais da assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), a situação financeira familiar da maioria desses alunos possui renda entre 1 e 1,5 salário per capita e 0,5 e 1 salário per capita. Apenas uma pequena minoria apresenta mais de 3,0 salário per capita, o que caracteriza esse público atendido com uma condição de fragilidade socioeconômica, e que exige da instituição ações que auxiliem na redução dos índices de evasão e garanta a permanência e o pleno desenvolvimento desses estudantes.

Para a coleta de dados foi elaborado um questionário composto de 8 questões fechadas e 1 aberta. O questionário possuía campos para identificação dos discentes (nome, turma, telefone, e-mail). As demais questões indagavam sobre o conhecimento que estes possuíam sobre políticas de assistência estudantil e quais eram desenvolvidas no campus, se já haviam acessado os documentos institucionais sobre essas políticas, quais as maneiras utilizadas, e também se já utilizaram ou utilizam algumas das políticas do campus e se elas impactam ou não para a permanência do estudante no campus.

Para a análise de dados das questões fechadas foi utilizado o recurso da estatística descritiva que de acordo com Guedes (2005), baseia-se em, “[...] sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas”.

Em relação a análise de dados da questão aberta, foi realizada de acordo com o método da análise de conteúdo de Bardin, que segundo o autor (1977, p. 42) consiste em:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de

conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Ainda conforme o autor a análise ocorre em três etapas: pré-análise (leitura flutuante e escolha, organização dos documentos); a exploração do material (codificação dos dados); o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (análise e interpretação dos dados).

Resultados e discussões

A pesquisa contou com a participação de 237 alunos dos 283 matriculados, das 9 turmas do primeiro ano do ensino médio integrado, dos cursos Técnicos em Administração, Alimentos, Agropecuária, Manutenção e Suporte em Informática, com o objetivo de identificar o nível de conhecimento dos alunos do primeiro ano do ensino médio integrado (EMI), em relação as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus. Abaixo segue as respostas referentes às questões 1 e 2 do questionário.

Tabela 1 – Respostas referentes às questões 1 e 2

Questões	S	%	N	%
1. Você conhece o que são políticas de assistência estudantil?	114	48	123	52
2. Você conhece as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus?	131	55	106	45

Deste modo, a partir dos dados da questão 1 é possível identificar que a maioria dos alunos afirmam não conhecer o que são políticas de assistência estudantil, mas conhecem as que são desenvolvidas no campus. Essa contradição foi identificada durante o período em que os alunos respondiam o questionário, conforme faziam a leitura das questões, começavam a identificar que a alimentação, moradia, atendimento com profissionais da saúde eram políticas de assistência desenvolvidas no campus, mas sem o entendimento mais amplo sobre essas políticas, que elas têm como objetivo elaborar e promover ações que auxiliem na garantia do acesso, permanência e êxito escolar, possibilitando que o estudante se desenvolva plenamente.

Essa contradição sobre as políticas de assistência estudantil pode ser reflexo do conceito simplificado de que essas políticas estão ligadas apenas a recursos financeiros e que as utiliza quem se encontra em situação de fragilidade socioeconômica. Sendo que, no ensino médio integrado elas acabam sendo muito relevantes, pois os alunos ficam na instituição em tempo integral e necessitam de boas condições para estudar, onde ações de saúde, esporte,

cultura e lazer precisam ser contempladas permitindo a todos, independente da classe social se sintam pertencentes a instituição e com condições de se desenvolver.

A concepção de política de permanência está relacionada à minimização das dificuldades socioeconômicas que afetam diretamente a permanência no curso, sem a qual os alunos não estariam na instituição. Auxílios como alimentação, transporte e moradia, são as necessidades imediatas destes estudantes, uma vez que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio da instituição exige dos alunos que estejam por um tempo prolongado na instituição, nos turnos extensos ou mesmo nos contra turnos, e em aulas no sábado, devido a especificidades dos cursos técnicos integrados que possuem uma grade curricular extensa. (Ferreira e Souza, 2019, p. 18)

A terceira questão buscou verificar de que maneira os estudantes acessam as informações referentes às políticas de assistência estudantil, desenvolvidas no campus, sendo expostas algumas opções de mecanismos já disponibilizados pela instituição.

Tabela 2 – Respostas referentes à questão 3

Instrumentos utilizados para acesso das informações	Nº	%
Reunião de acolhimento	92	39
Colegas	90	38
Site institucional	65	27
Murais	58	24
Não responderam	54	23
Redes sociais (facebook, instagran, whatsApp)	48	20
Servidores (docentes e TAE's)	26	11
Outros	11	5

Foram identificados que os meios mais utilizados para acesso às informações sobre as políticas de assistência estudantil são: reunião de acolhimento, os colegas, site institucional e murais. Esses recursos que a instituição disponibiliza são significativos para a divulgação das políticas, para que tanto a comunidade interna, quanto à externa possam conhecer e acompanhar as diferentes estratégias desenvolvidas, a fim de permitir o acesso dos estudantes, e também a sua permanência. Assim, relacionando com a pergunta anterior, pode se perceber que os estudantes têm informações sobre as ações da assistência estudantil, porém não é apresentado a eles o porquê da existência das mesmas.

Ao necessitar de informações os estudantes, conforme afirma Nascimento e Gasque (2017, p. 214), “preferem aquelas de fácil acesso e, usam, predominantemente, o Google como buscador. [...] As redes sociais - Youtube, Skype, WhatsApp e Facebook - são

utilizadas para o estudo e a socialização.” Entretanto, mesmo que estejamos numa sociedade tecnológica, onde a maioria dos jovens utiliza recursos tecnológicos, muitos não tem acesso a esses recursos, principalmente em instituições com o público heterogêneo como o do Instituto Federal onde foi realizada a pesquisa.

Diante disso, a escola como espaço de emancipação, necessita acompanhar essa evolução tecnológica que os jovens vivenciam e auxiliá-los no entendimento do uso adequado e confiável das tecnologias e assim disponibilizar mais ferramentas que auxiliem na trajetória escolar dos estudantes, para que possa acontecer de forma autônoma e crítica, dando o suporte necessário para aqueles que nunca tiveram acesso, para que também possam acompanhar essas evoluções.

Com a questão 4, buscou-se identificar se os alunos utilizavam ou já haviam utilizado alguma das políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, sendo disponibilizadas opções para que eles pudessem indicar.

Tabela 3 – Respostas referentes à questão 4

Políticas de assistência estudantil que os alunos utilizam ou já utilizaram	Nº	%
Alimentação – refeitório	201	85
Saúde	146	62
Moradia	58	24
Atendimento com pedagogos, técnicos em assuntos educacionais	49	21
Auxílio permanência	25	11
Não responderam	14	6
Auxílio transporte	12	5
Auxílio eventual	6	3
Auxílio para participação em eventos	5	2
Auxílio atleta	4	2

Diante disso, identificou-se números bastante significativos em relação ao benefício da alimentação (refeitório), atendimentos com os profissionais da saúde e a moradia já os menos utilizados foram o auxílio para participação em eventos e o auxílio atleta. Esses números mais expressivos são um reflexo da realidade dos alunos do ensino médio integrado, que permanecem na instituição em turno integral e assim esses recursos tornam-se significativos na rotina dos estudantes.

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para a transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula. (VASCONCELOS, 2010, p. 609)

Embora Vasconcelos (2010) trate sobre a graduação, sua perspectiva pode ser também direcionada para o ensino médio integrado, pois nessa modalidade as políticas de assistência estudantil auxiliam os alunos na superação dos obstáculos enfrentados, permitindo sua permanência na instituição e a busca pelo êxito nos estudos, reduzindo assim os índices de evasão. Possivelmente, em muitos casos, se os alunos não tivessem acesso a essas políticas institucionais, não teriam condições de permanecer na instituição, já que a situação financeira familiar da maioria dos estudantes têm renda entre 1 e 1,5 salário per capita e 0,5 e 1 salário per capita, o que configura como fragilidade socioeconômica e torna-se um fator decisivo entre permanecer ou abandonar a instituição.

Sendo assim, as políticas de assistência estudantil devem propor ações que contemplem os recursos financeiros, mas também deve promover espaços de representação estudantil, de autonomia e emancipação, é relevante que os alunos conheçam, tenham acesso aos documentos referentes às políticas, programas e regulamentos, para que assim estejam conscientes das possibilidades oferecidas pela instituição e para que possam colaborar para a avaliação da efetividade das mesmas e para auxiliar no processo de adequação nos momentos em que é solicitada a participação dos estudantes.

Nesse sentido, a questão 5 tinha como objetivo identificar quais os documentos institucionais referentes aos regulamentos, políticas e programas desenvolvidos na instituição já tinham acessado.

Tabela 4 – Respostas referentes à questão 5

Documentos das políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, já acessados pelos alunos	Nº	%
Moradia estudantil	74	31
Convivência discente do IFFar	59	25
Concessão de auxílios da assistência estudantil	56	24
Não responderam	51	22
Segurança Alimentar e Nutricional	38	16
Promoção do Esporte, Cultura e Lazer	33	14

Apoio didático pedagógico	32	13
Diversidade e Inclusão	25	11
Não violência	12	5
Ações afirmativas	1	0

Foi identificado que os documentos mais acessados foram da moradia estudantil, de convivência discente do IFFar e de concessão de auxílios da assistência estudantil, já o menos acessado foi o de ações afirmativas com apenas uma indicação. De acordo com IFFar (2018), “Art. 3º É direito do estudante: I. ter acesso e conhecimento a esse e aos demais regulamentos e normativas institucionais relacionados à vida acadêmica.” Conhecer esses documentos, permite aos alunos saber o que lhes é de direito e dever e o que a instituição disponibiliza para auxiliar na garantia da sua permanência.

Possivelmente, os documentos sobre a moradia estudantil, de convivência discente do IFFar e de concessão de auxílios da assistência estudantil são os mais acessados, pois são questões que estão ligadas a rotina diária dos alunos, muitos utilizam a moradia e precisam acessar o regulamento para conhecer o funcionamento e as regras em relação a esse benefício, já o documento da convivência discente vai estabelecer os direitos e deveres dos alunos dentro da instituição e o documentos dos auxílios da assistência estudantil, são os que impactam na condição financeira dos estudantes, como auxílio transporte, eventual, atleta e permanência. Por isso, esses documentos tornam-se mais conhecidos, pois para que possam utilizar os auxílios, precisam conhecer os regulamentos que estabelecem os critérios para concessão.

Em relação ao baixo número de acesso ao documento das ações afirmativas, pode ser caracterizado pela falta de conhecimento sobre essas ações, ou também, por ser um tema pouco explorado e que ainda possui muitos preconceitos em relação ao uso nas instituições de ensino, já que para muitos se resumem apenas como oportunidade de acesso por meio de cotas que levam em consideração a condição das pessoas com deficiência, socioeconômica e étnico-racial. Entretanto, conforme Toubia (2015, p. 122) “ações afirmativas é um termo amplo e complexo e que vem ganhando força uma vez que têm o ensejo de atenuar as desigualdades econômicas e sociais e promover o processo de inclusão social, política, econômica e educacional [...]”. Nesse sentido, as ações afirmativas estão presentes nas condições de acesso e também no reconhecimento das identidades culturais, sociais, por parte da instituição, são aspectos que estão presentes no dia a dia dos alunos, mas que talvez

sejam pouco trabalhados no sentido de ser uma política de assistência estudantil que deve ser reconhecida e fortalecida.

A questão 6, buscou identificar quais as ferramentas que os alunos utilizaram para acessar os documentos citados na questão anterior.

Tabela 5 – Respostas referente à questão 6

Recursos utilizados para acessar os documentos das políticas de assistência estudantil	Nº	%
Site institucional	87	37
Colegas	78	33
Reunião de acolhimento	75	32
Murais	54	23
Redes sociais	53	22
Não responderam	40	17
Servidores (docentes e TAE's)	26	11

Assim, os meios mais apontados pelos alunos foram o site institucional, os colegas, a reunião de acolhimento, sendo que por meio dos servidores (docentes e TAE's) foi o menos indicado. É um direito do aluno conhecer os documentos institucionais, mas para isso é necessário que sejam disponibilizados recursos intuitivos para acesso as informações.

É função da Assistência Estudantil atuar em conjunto com outros setores da instituição e da sociedade para minimizar as necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possibilitando a inclusão social, a produção de conhecimento, a melhoria do desempenho acadêmico e a qualidade de vida. (IFFar, 2019, p. 87)

Por isso, é necessário preparar os profissionais da instituição para o conhecimento e divulgação das ações desenvolvidas pela instituição, principalmente pela particularidade do público atendido, que vai do ensino médio integrado até o ensino superior. Isso se torna ainda mais significativo, pois de acordo com Faleiro (2016), os alunos estão mais críticos e observadores a realidade a sua volta, estão mais conscientes dos seus direitos e deveres e da importância das relações interpessoais para o respeito e valorização das diferenças e diversidades culturais.

Essas relações interpessoais que permitem a troca de conhecimentos, a divulgação da organização da instituição, dos benefícios, direitos e deveres que possuem, podem auxiliar no sentimento de pertencimento em relação a instituição da qual fazem parte, fortalecer as

representações estudantis e a participação no processo educativo na busca por mais espaços e melhores condições de estudo.

Nessa perspectiva, com a questão 7 buscou-se a verificar se os alunos consideravam satisfatórios os instrumentos disponibilizados pela instituição para acesso às informações referentes as políticas de assistência estudantil.

Tabela 6 – Respostas referentes à questão 7

Você considera satisfatórios os mecanismos disponibilizados para acesso aos documentos da assistência estudantil?	Nº	%
Parcialmente	119	50
Sim	99	42
Não	19	8

Assim, observa-se que embora sejam disponibilizados vários instrumentos para divulgação e acesso aos documentos da assistência estudantil, para a maioria dos alunos eles são parcialmente satisfatórios, ou seja, em algum momento esses mecanismos não estão contemplando uma divulgação clara e objetiva, o que torna necessário tornar mais eficientes os recursos já disponíveis e buscar outras alternativas que possibilitem um acesso facilitado, que esteja alinhado aos cuidados com as questões orçamentárias e ambientais da instituição.

Nesse sentido, a questão 8 tinha o objetivo de verificar se as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, eram relevantes para a permanência dos alunos na instituição.

Tabela 7 – Respostas referentes à questão 8

Essas políticas de assistência estudantil são relevantes para sua permanência no campus?	Nº	%
Sim	176	74
Não	61	26

Sendo assim, observa-se que para a maioria dos alunos essas políticas são relevantes para sua permanência. Isso pode ser um reflexo da maneira como o conceito e as ações de assistência estudantil estão sendo trabalhadas na instituição, onde o objetivo não é possibilitar apenas recursos financeiros, mas também dar atenção às questões de saúde física e psicológica, buscar contemplar todas as dimensões dos estudantes.

Em relação aos alunos que afirmam que as políticas de assistência estudantil não são relevantes para a sua permanência na instituição, pode se dar devido a falta do conhecimento mais aprofundado sobre o conceito dessas políticas e todos os aspectos que elas englobam, que vai além dos recursos financeiros, pois essas políticas promovem ações que contemplem todas as dimensões dos sujeitos para que possam se desenvolver plenamente, com boas condições de estudo e qualidade de vida .

[...]Existe uma intencionalidade de concretizar, nas instituições de ensino públicas federais, ações que complementem as atividades pedagógicas e ampliem a formação do indivíduo em aspectos que consideram a melhoria de sua qualidade de vida como um todo, como a oferta de ações voltadas para saúde, cultura, esporte e inclusão digital, que vão além do atendimento socioassistencial. (TAUFICK, 2014, p. 187).

Ainda, na questão 8 era solicitado aos alunos que relatassem seu entendimento sobre o motivo que essas políticas eram relevantes ou não para sua permanência. Diante disso, ao analisar o conteúdo das repostas surgiram 4 categorias, são elas: 1) Importância das políticas de assistência estudantil para permanência na instituição, com 58 respostas; 2) A irrelevância das políticas para sua permanência, 33 respostas; 3) Empatia dos que não utilizam as políticas, em relação aos que necessitam delas para permanecer na instituição, 18 respostas e a 4) Diversos. Abaixo segue os relatos que exemplificam cada categoria.

Categoria 1 - Importância das políticas de assistência estudantil para permanência na instituição:

Nessa enquadraram-se as respostas dos alunos que utilizam algumas das políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, as mais citadas foram, alimentação, moradia e atendimento com profissionais da saúde, esses alunos também afirmam que se não fossem essas políticas não poderiam permanecer na instituição, muitos ainda citam as questões financeiras da família, que os pais não teriam como os manter na instituição.

Porque se eu não tivesse auxílio alimentação não poderia estudar aqui. (Aluno A – 1º ano Alimentos)

Pois sem a moradia e a alimentação minha família não permitiria que eu permanecesse no IFFar. (Aluno B – 1º ADM A)

Uso o refeitório diariamente e sou moradora da moradia estudantil. Já fui no postinho de saúde... Tudo isso foi muito importante como assistência para garantir minha permanência aqui. (Aluna C – 1º ADM B)

Pois meus pais não teriam condições de pagar um local para mim morar então a moradia é de extrema importância, além de o auxílio ser importante para eu pagar minhas passagens para ir ver meus familiares. (Aluna D – 1º AGRO A)

Pelo acesso a alimentação, posto de saúde, auxílio das pedagogas. (Aluno E – 1º AGRO B)

Alimentação e saúde são usadas por todos, e isso é um fator que nos faz permanecer por saber que a qualquer problema podemos procurar os profissionais da saúde. (Aluna F - 1º AGRO C)

Pois temos todo auxílio necessário para se sentir em casa e com os auxílios nos motivam a fazer algo a mais. (Aluna G – 1º AGRO D)

Essas políticas são essenciais para mim e para muitos outros. Existem dependentes desse mesmo. Considero um mecanismo vital de suma importância para todos, principalmente pela facilitação de comunicação. (Aluna H – 1º MSI A)

Sim, por causa da moradia. Se não eu não teria condições de ir e voltar todo dia. E ainda por cima, ganho as três refeições do dia de graça. (Aluno I – 1º MSI B)

Categoria 2 - A irrelevância das políticas para a permanência:

Para alguns alunos que afirmam que as políticas não são relevantes para a permanência, justificaram sua resposta pelo fato de residirem na cidade onde a instituição se localiza, o que permite a locomoção diária para casa, outros por não conhecer as políticas ou não utiliza-las e ainda os que utilizam alguns benefícios, mas que afirmam que se não tivesse, seria indiferente.

Não, pois moro aqui no município. (Aluna A – 1º AGRO A)

Pois só utilizo a alimentação e se não tivesse não faria diferença. (Aluno B - 1º AGRO B)

“Não conheço essas políticas” (Aluno C – 1º AGRO D).

Categoria 3 - Empatia dos que não utilizam as políticas, em relação aos que necessitam delas para permanecer na instituição:

Nessa categoria os alunos afirmam não utilizar as políticas e que não precisariam delas para se manter na instituição, mas entendem a importância que elas tem para muitos alunos, pois em muitas situações, se os colegas não tivessem acesso as políticas de assistência estudantil, não teriam como permanecer na instituição.

Tenho condições de permanecer aqui mesmo sem a assistência estudantil. Porém, possuo muitos amigos que seriam obrigados a sair. (Aluna A - 1º ADM B)

Apesar de não utilizar, tem pessoas que utilizam, então acho que é relevante sim.
(Aluna B - 1º ADM B)

Não, pois nunca precisei de nenhum auxílio, porém acredito que essas políticas são importantes para diversos alunos da rede federal. (Aluna C - 1º ADM A).

Categoria 4 – Diversos:

Nesse item, encontram-se os alunos que não responderam à questão, ou as respostas que apareceram apenas uma vez.

Por que elas me proporcionam uma estadia melhor. (Aluna A - 1º ADM A)

Pois elas dão a oportunidade de concluir os estudos, valorizo muito a educação.
(Aluno B - 1º AGRO D)

Temos todo o auxílio necessário para se sentir em casa, e os auxílios nos motivam a fazer algo a mais. (Aluno C - 1º AGRO D)

As políticas dão mais acessibilidade ao campus. (Aluno D - 1º AGRO C)

Proporcionam várias maneiras de inclusão da diversidade, com mecanismos como os auxílios. (Aluna E - 1º ADM B)

Assim temos regras e conseguimos ter uma boa convivência. (Aluna F - 1º AGRO B)

Nos sentimos mais acolhidos. (Aluno G - 1º MSI A)

A partir dos resultados dessa pesquisa, é possível perceber que as ações de assistência estudantil para os alunos do primeiro ano do ensino médio não são apenas os recursos financeiros que são importantes, mas as ações ligadas a saúde também são significativas para a permanência dos estudantes e para um bom desempenho escolar. A permanência ou não do estudante na instituição de ensino decorre de muitos fatores, sejam cognitivos, físicos, psicológicos, familiares, financeiros, sociais. O que exige políticas e ações que contemplem essa diversidade de situações que impactam na trajetória escolar dos jovens.

Sabe-se que há uma multiplicidade de fatores que influenciam a aprendizagem escolar e o desempenho acadêmico e que os fatores que se relacionam com o processo do aprender envolvem tanto questões pessoais e internas do estudante, quanto questões relacionadas à família e ao grupo social no qual está inserido, bem como questões mais amplas relativas à escola, enquanto contexto de aprendizagem influenciado pelas interações, medidas pedagógicas e decretos governamentais que regem o ensino. Tais fatores se inter-relacionam e se determinam mutuamente influenciando o desempenho acadêmico de um indivíduo. (SUEHIRO, 2006, p. 561)

Sendo assim, as políticas de assistência estudantil, além de disponibilizar recursos financeiros, precisam também promover ações que contemplem as outras dimensões dos sujeitos, como as questões cognitivas, físicas e psicológicas, oferecendo um ambiente acolhedor e de transformação para os alunos, que sintam pertencentes a instituição e assim possam se desenvolver plenamente.

Considerações finais

A política de assistência estudantil é um tema importante no processo de democratização do ensino, que é muito discutido no ensino superior, mas que também necessita de atenção no ensino médio integrado, pois o aluno permanece na instituição por tempo integral, o que exige um olhar e ações diferenciadas da instituição de ensino, no sentido de contemplar todas as dimensões desses sujeitos na busca de proporcionar uma formação integral.

Nesse sentido, a partir dos objetivos deste estudo foi possível verificar que os estudantes embora utilizem benefícios das políticas de assistência estudantil, desconhecem o conceito mais amplo que caracteriza essas políticas como um direito social. Também com a pesquisa observou-se que para a maioria dos alunos, os instrumentos que a instituição disponibiliza para divulgação e acesso das políticas são parcialmente satisfatórios, o que pode em um determinado momento dificultar que as políticas de assistência estudantil cumpram sua função de auxiliar na permanência e êxito dos alunos.

Além disso, mesmo que a pesquisa tenha sido realizada apenas com alunos do primeiro ano do ensino médio integrado, percebeu-se que as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, impactam positivamente para a permanência deles, onde para muitos a sua permanência na instituição só se dá pelo fato de ter acesso a essas políticas. E muitos alunos, que nunca utilizaram nenhum benefício estudantil, demonstram empatia em relação aos colegas que necessitam e sabem da importância das políticas para a permanência deles.

Portanto, após esse estudo foi identificado que as políticas de assistência estudantil são relevantes para a permanência dos estudantes na instituição, porém eles têm pouco conhecimento sobre as mesmas. Diante disso, torna-se necessário buscar estratégias que aprimorem as políticas e os recursos de divulgação que a instituição já disponibiliza, além de buscar outras ferramentas para auxiliar nesse processo de fortalecimento e reconhecimento das políticas de assistência estudantil como direito social, e na busca da igualdade política, econômica e a democratização do ensino.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.892**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). **Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento**. Brasília: Editora do IFB/RIMEPES, 2014, 466p. Disponível em: <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/eventos-proen/ii-forum-de-assistencia-estudantil/1300-livro-dore-et-al/file>. Acesso em 02 mar. 2020

FALEIRO, Wender; PUENTES, Roberto Valdes; ARAGÃO, Milena Cristina. Influências do Ensino Médio nas perspectivas de futuro de seus estudantes. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, p. 411-424, jul. 2016. ISSN 1984-6444. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/19030>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FERREIRA, Maria Cristina Afonso; SOUZA, Maria de Fátima Matos de. A visão dos alunos da educação profissional de nível médio sobre as políticas de permanência estudantil no IFPA. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, p. e12/ 1-23, fev. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34876>. Acesso em: 12 mar. 2020.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos do Fonaprace**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Org.). Coordenação, Andifes. UFU, PROEX: 2012. Disponível em: http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/Revista_Fonaprace_25_Anos.pdf. Acesso em 15 jan. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, Terezinha Aparecida et al. Estatística descritiva. **Projeto de ensino aprender fazendo estatística**, p. 1-49, 2005. Disponível em: http://www.each.usp.br/rvicente/Guedes_etal_Estatistica_Descritiva.pdf. Acesso em: 29 fev. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-vicente-do-sul/panorama>. Acesso em: 31 mar. 2020.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentosiffar>. Acesso em 13 jan. 2020

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução nº 178/2014**. Aprova o Projeto de Programa de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. 2014.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução nº 066/2018**. Revoga a Resolução nº 007/2017/CONSUP e aprova o Regulamento de Convivência Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/assist%C3%A2ncia-estudantil/apresentacao-ae>. Acesso em 20 jan. 2020

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

NASCIMENTO, Anderson Messias Roriso do; GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Novas tecnologias, a busca e o uso de informação no ensino médio. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 3, 24 dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/32992>. Acesso em 24 fev. 2020.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5).

SUEHIRO, Adriana Cristina Boulhoça. Autoconceito e desempenho acadêmico em alunos de psicologia. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 24, n. 44, p. 55-64, jan./mar. 2006.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 30, n. 1, set. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/50020>. Acesso em: 13 mar. 2020.

TOUBIA, Ariane Andreia Teixeira; LIMA, Paulo Gomes. Ações afirmativas na educação: os avanços na realidade brasileira na perspectiva da universidade para todos. **Laplage em Revista**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. p.118-129, dez. 2015. ISSN 2446-6220. Disponível em: <http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/104>. Acesso em: 13 mar. 2020.

VASCONCELOS, Natália Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, jan./jun., 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>. Acesso em 20 fev. 2020

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 320 p.

4.2 ARTIGO 2

Essa versão ainda não foi enviada para submissão em revista.

Uso de um aplicativo para o acesso às políticas de assistência estudantil em um Instituto Federal do sul do Brasil

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo, verificar a efetividade do produto educacional, o aplicativo “CAE na rede”, junto às turmas dos primeiros e segundos anos do ensino médio integrado (EMI) de um Instituto Federal. O aplicativo tem como propósito centralizar alguns documentos referentes às políticas de assistência estudantil (PAE) desenvolvidas na instituição e assim facilitar o acesso a essas informações. Trata-se de um estudo quanti-qualitativo e para a coleta de dados foi utilizado como instrumento um questionário desenvolvido para esse estudo. A análise dos dados foi desenvolvida por meio da estatística descritiva e organizada em aspectos positivos e negativos. Com o estudo, identificou-se que para os alunos o aplicativo “CAE na rede” está bem organizado, usariam com frequência e indicariam seu uso para colegas e também nas reuniões de acolhimento. Para os estudantes o aplicativo, proporcionou um maior conhecimento sobre as políticas desenvolvidas na instituição, e afirmam que essas políticas são importantes para sua permanência na instituição. Em relação à efetividade do aplicativo, os estudantes indicam que ele facilita o acesso aos documentos da assistência estudantil, diminuindo o tempo de pesquisa. Diante dos aspectos estudados, conclui-se que o aplicativo CAE na rede cumpriu seu objetivo de facilitar o acesso aos documentos das políticas de assistência estudantil, tornando a pesquisa mais prática e intuitiva, podendo assim, ser utilizado como uma ferramenta institucional na busca pela permanência dos estudantes, e no reconhecimento dessas ações como estratégias que visam a democratização do ensino e a redução das desigualdades sociais.

Palavras chave: Produto Educacional; Políticas de Assistência Estudantil e Aplicativo.

ABSTRACT

This article aims to verify the effectiveness of the educational product, the “CAE in the network” application, with the classes of the first and second years of integrated high school (EMI) of a Federal Institute. The application aims to centralize some documents regarding student assistance policies (PAE) developed at the institution and thus facilitate access to this

information. It is a qualitative and quantitative study and for data collection a questionnaire developed for this study was used as an instrument. Data analysis was developed through descriptive analysis and organized into positive and negative aspects. With the study, it was identified that for students, the “CAE in the network” application is well organized, they would use it frequently and indicate its use to colleagues and also in host meetings. For students, the application provided greater knowledge about the policies developed at the institution, and they claim that these policies are important for their stay at the institution. Regarding the effectiveness of the application, students indicate that it facilitates access to student assistance documents, reducing research time. In view of the aspects studied, it is concluded that the “CAE in the network” application on the network has fulfilled its objective of facilitating access to the documents of student assistance policies, making the research more practical and intuitive, thus being able to be used as an institutional tool in the search for permanence students, and in the recognition of these actions as strategies that aim at the democratization of education and the reduction of social inequalities.

Keywords: Educational Product; Student Assistance Policies, Application

1 Introdução

A educação, conforme está na legislação brasileira é um direito de todos, dever do Estado que deve possibilitar o pleno desenvolvimento da pessoa, a liberdade de aprender, pesquisar, o pluralismo de ideias e o exercício da cidadania, e o ingresso no mundo do trabalho de maneira qualificada, é previsto em lei também, a garantia de igualdade no acesso e permanência do estudante (LDB 96 / CF 88). Entretanto, a desigualdade social repercute na educação, onde muitas vezes por não ter condições mínimas de moradia, alimentação, saúde, os alunos acabam por abandonar a escola.

Nesse sentido, as políticas de assistência estudantil (PAE), são muito importantes para a luta pela democratização do ensino e redução das desigualdades sociais, pois elas trabalham com várias dimensões necessárias para a permanência do aluno, desde recursos financeiros, até as questões cognitivas, de saúde física, psicológica e o acompanhamento do desenvolvimento escolar.

Assim sendo, ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diversas áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante,

tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros. (VASCONCELOS, 2010, p. 609)

Segundo Alves (2002), para que o aluno possa se desenvolver em sua plenitude acadêmica e social, é preciso associar um ensino de qualidade, com políticas efetivas de assistência, moradia, saúde, alimentação, esporte, cultura, lazer e ainda ter acesso a livros, equipamentos para prática, informação e a participação em eventos acadêmicos e culturais. Além do desenvolvimento e prática de ações de assistência estudantil, é necessário que a comunidade estudantil conheça as políticas desenvolvidas na instituição da qual fazem parte, para que assim possam acessá-las e usufruir dos auxílios aos quais tem direito.

Sendo assim, percebe-se a necessidade de estudo sobre as políticas de assistência estudantil e a busca por estratégias e instrumentos diferenciados, que auxiliem na divulgação e conhecimento do tema, principalmente na modalidade do ensino médio integrado, onde essas políticas tem papel significativo para a permanência dos alunos na escola. Diante disso, como proposta para a instituição de um instrumento diferenciado para acesso das informações sobre as políticas de assistência estudantil foi desenvolvido como produto educacional, o aplicativo “CAE na rede”, onde seu conteúdo é organizado com o objetivo de centralizar e facilitar o acesso aos documentos das políticas, programas e regulamentos da assistência estudantil desenvolvidas no campus, permitindo que os alunos tenham mais conhecimento sobre seus direitos e deveres.

Segundo Schmidt (2016, p. 511), “a incorporação das tecnologias móveis nos modos de viver e interagir da sociedade contemporânea, mais especificamente dos jovens, tem provocado a escola a repensar suas práticas.” Por isso, o aplicativo foi desenvolvido, pois o uso das tecnologias faz parte da rotina dos jovens e assim torna-se um meio de divulgação das políticas mais prático e atrativo. Além disso, está alinhado aos cuidados com os recursos financeiros e ambientais, pois não é preciso a impressão de materiais sobre o tema. Ainda, o aplicativo pode ser utilizado não somente pela comunidade interna, quanto externa, e também nas divulgações dos processos seletivos da instituição.

Diante disso, com o uso do aplicativo pretende-se que os alunos possam conhecer e utilizar os auxílios de que necessitam para permanecer na instituição. Ademais, possa ser um instrumento utilizado para o fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica e do Ensino Médio Integrado como possibilidades na travessia pela busca de uma sociedade mais igualitária e também das políticas de assistência estudantil como direito social, que visa a

democratização do ensino e a redução das desigualdades sociais, onde os alunos possam ter acesso, permanecer e lograr êxito nos estudos.

Portanto, o presente estudo tem como objetivo avaliar a efetividade do aplicativo CAE na rede, CAE - corresponde a Coordenação de Assistência Estudantil, como ferramenta para facilitar o acesso e conhecimento sobre as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus e assim poder identificar as perspectivas dos alunos em relação a essa nova ferramenta de acesso aos documentos dessas políticas.

2 Metodologia

Com a finalidade de atingir os objetivos da pesquisa, foi utilizada a metodologia quanti-qualitativa, que segundo Malheiros (2011), é a combinação das visões da pesquisa quantitativa e qualitativa.

Em linhas gerais, num estudo quantitativo, o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido a priori (...). Preocupa-se com a medição objetiva e a quantificação dos resultados (...) a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 58)

Sendo assim, foi realizado um estudo de caso que segundo Yin (2015), é uma estratégia adequada quando se tem questões de “como”, “por que” e “quando”, e o foco está nos eventos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Para a realização da pesquisa, foi realizado o cadastro no Comitê de Ética da Pesquisa, sob o número de registro 3.545.642 e assim para os alunos maiores de 18 anos foi entregue para assinatura o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e para os alunos menores de 18 anos foram entregues o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), e para assinatura dos pais o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa foi realizada em um Instituto Federal, localizado em um município da região central do estado do Rio Grande do Sul (RS), com 8.440 habitantes conforme censo do IBGE de 2010. Na instituição são oferecidos cursos nas modalidades do ensino médio integrado, subsequente e graduação, totalizando 14 cursos, com um total médio de 1.800 alunos matriculados, sendo que esses estudantes vêm de aproximadamente 80 municípios não só do RS, como também de outros estados do País, como Santa Catarina, São Paulo e Pará.

Na realização do estudo, dos 594 alunos matriculados nas turmas de primeiro e segundo ano do ensino médio integrado participaram no total 155 estudantes.

Para a coleta de dados foi elaborado um questionário com 10 questões fechadas e 01 aberta, por meio da ferramenta Google Forms e disponibilizado para acesso no próprio aplicativo. As questões fechadas tinham como objetivo identificar a percepção dos alunos sobre a organização e navegação no aplicativo, sua usabilidade, se indicariam o uso para colegas, nas reuniões de acolhimento e se o aplicativo cumpre sua função de facilitar o acesso aos documentos da assistência estudantil. Já na questão aberta, o intuito era verificar a percepção dos alunos em relação ao aplicativo, de um modo geral, onde poderiam colocar as sugestões e críticas em relação ao aplicativo.

Para o tratamento de dados das questões fechadas foi utilizado o recurso da estatística descritiva. Segundo Guedes (2005), baseia-se em, "[...] sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas".

Em relação à análise de dados da questão aberta, as respostas foram organizadas e separadas em dois grupos, um que corresponde aos aspectos positivos e o outro sobre os aspectos negativos do aplicativo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a realização desse estudo, dos 594 alunos matriculados, responderam a pesquisa 155 alunos, das 9 turmas do primeiro ano e 9 do segundo ano do ensino médio integrado, dos cursos ofertados no campus, com o objetivo de identificar a efetividade do aplicativo CAE na rede, em relação a sua proposta de centralizar e facilitar o acesso aos documentos de algumas das políticas de assistência desenvolvidas na instituição, tornando o acesso a essas informações mais autônomo e intuitivo para os alunos.

Figura 1 – Tela inicial do Aplicativo CAE na rede

Fonte: Autores

Nesse sentido, após o desenvolvimento do produto educacional, foi disponibilizado um questionário online no próprio app. Abaixo segue a tabela 1 com as respostas às questões 1, 2 e 3 que buscavam identificar se a organização do aplicativo ficou clara e se facilitou o acesso aos documentos da assistência estudantil.

Tabela 1 – Respostas referentes às questões 1,2 e 3

Questões	S	%	N	%	P	%
1. A organização do aplicativo ficou clara e objetiva?	126	81	1	1	28	18
2. A navegação no aplicativo ficou de fácil compreensão?	132	85	1	1	22	14
3. Com o uso do aplicativo ficou mais fácil o acesso aos documentos da assistência estudantil?	133	86	2	1	20	13

Para a maioria dos alunos, o aplicativo está bem organizado, de maneira clara, objetiva e de fácil compreensão, facilitando assim o acesso aos documentos da assistência estudantil. Esse era o objetivo a ser atingido ao desenvolver o aplicativo, auxiliar para que os alunos possam procurar e acessar as informações que precisam de uma maneira mais objetiva e autônoma, permitindo que procedimentos, informações básicas da instituição como as das políticas de assistência estudantil, estejam adaptadas a recursos tecnológicos, visto que a

tecnologia faz parte da rotina dos jovens e a escola precisa acompanhar a evolução dessa sociedade cada vez mais digital.

Segundo Oliveira (2015), “[...] as tecnologias fornecem recursos didáticos adequados às diferenças e necessidades de cada aluno. [...] Por meio das TIC, disponibilizamos da informação no momento em que precisamos, de acordo com nosso interesse.” Ainda, o autor afirma que as tecnologias no ambiente escolar animam o desenvolvimento, o pensamento crítico e a aprendizagem cooperativa, que elas promovem a construção de saberes por meio da comunicabilidade e interações plurais.

Nesse sentido, sabendo que as tecnologias são ferramentas que podem proporcionar uma aprendizagem cooperativa, construção e troca de saberes. As questões 6, 7 e 8 foram trabalhadas no sentido de identificar a utilização do aplicativo pelos alunos, se eles recomendariam o uso tanto para os colegas, quanto nas reuniões de acolhimento. Conforme tabela abaixo.

Tabela 2 – Respostas referentes às questões 4,5 e 6

Questões	S	%	N	%
4. Você usaria o aplicativo com frequência?	128	83	27	17
5. Você recomendaria o aplicativo para outros colegas?	150	97	5	3
6. Você recomendaria o uso do aplicativo nas reuniões de acolhimento?	141	91	14	9

Sendo assim, os alunos afirmaram que usariam com frequência o aplicativo e indicariam seu uso para outros colegas e para uso nas reuniões de acolhimento. Esses números podem ser reflexos da facilidade que o uso de aplicativos traz para a rotina das pessoas, onde temos um acesso mais rápido e facilitado, permitindo, assim o compartilhamento de informações.

Em relação, ao uso do aplicativo nas reuniões de acolhimento, que são momentos em que os profissionais das diversas diretorias recebem os alunos e seus familiares e apresentam a instituição na sua forma de organização estrutural e didático pedagógica, com o objetivo de auxiliar na adaptação do aluno no novo espaço escolar, pode ser significativo, pois esse é um momento onde os alunos estão chegando na instituição, se percebendo como sujeitos pertencentes aquele espaço e com uma bagagem muito grande de conhecimentos para

adquirir, e muitas vezes não conseguem acompanhar e assimilar todas as informações, e assim o uso do aplicativo permite que os alunos possam acessar de forma facilitada aos documentos das PAE, sigla que corresponde as políticas de assistência estudantil, desenvolvidas no campus em momento diverso e ir se familiarizando com os seus direitos e deveres na instituição.

As tecnologias móveis têm possibilitado que o processo de comunicação e a difusão da informação ocorram em diferentes espaços e tempos, sendo duas de suas características a portabilidade e a instantaneidade. Características que permitem a uma grande parcela da população o acesso a informação em qualquer lugar e a qualquer tempo, seja em tempo real ou não. (SABOIA, 2013, p. 8)

Diante disso, as questões 7 e 8, buscavam identificar se após o uso do aplicativo os alunos poderiam afirmar se conheciam ou não o que são políticas de assistência estudantil e quais eram desenvolvidas na instituição, conforme tabela abaixo, onde o (S) corresponde a sim, (N) não e (P) parcialmente:

Tabela 3 – Respostas referentes às questões 7 e 8

Questões	S	%	N	%	P	%
7. Você pode afirmar que conhece o que são políticas de assistência estudantil?	59	38	10	7	85	55
8. Você consegue identificar algumas das políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus?	97	63	6	4	52	33

Diante dos números identifica-se que após o uso do aplicativo os alunos afirmam conhecer as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, entretanto em relação às políticas de assistência estudantil, ou seja, em seu conceito que define o que é uma política de assistência estudantil eles afirmam conhecer parcialmente. O uso do aplicativo permitiu compreender que a alimentação, moradia e atendimento com profissionais da área da saúde são PAE desenvolvidas no campus, entretanto não conhecem com profundidade a temática e o papel delas na luta pela democratização do ensino e redução das desigualdades sociais.

A Assistência Estudantil, dessa forma, deve ser compreendida como uma política capaz de contribuir para a mitigação das disparidades decorrentes das distintas posições que os estudantes se encontram, notadamente em termos econômicos e sociais, visando fomentar o acesso e permanência na escola, além de incentivar a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico, o que pode contribuir com o germe da formação integral. (DOS SANTOS MORAES, 2019, p. 54)

Diante das desigualdades sociais, onde até mesmo na educação elas são refletidas, a busca pela democratização e o fortalecimento dos princípios de uma educação integral, para que os alunos possam se desenvolver plenamente torna-se essencial. Nesse sentido, de acordo com Moura (2013) o ensino médio integrado (EMI) caminha em direção a possibilidade dessa travessia na busca da formação humana integral e por isso no EMI, assim como na graduação, as políticas de assistência estudantil tornam-se significativas para essa travessia, onde o acesso, a permanência e o êxitos dos estudantes possam ser contemplados.

Com isso, a questão 9 busca identificar qual a visão dos estudantes em relação a importância das políticas de assistência estudantil, para a permanência dos alunos na instituição. Tabela abaixo.

Tabela 4 – Respostas referentes à questões 9

Questões	S	%	N	%	P	%
9. Você acredita que as políticas de assistência estudantil são importantes para auxiliar na permanência dos alunos na instituição?	137	88	0	0	18	12

Para a maioria dos alunos, eles afirmam que as políticas de assistência estudantil são importantes para auxiliar na permanência na instituição, isso deve ser reflexo da realidade diferenciada desse público, pois como ficam em tempo integral no campus, acabam por necessitar de serviços como alimentação, moradia, atendimento com profissionais da saúde entre outras ações que são desenvolvidas, que impactam na sua trajetória escolar e contribuem para que possam concluir seus estudos.

Os números mostram que nenhum aluno afirmou que as políticas não são importantes para auxiliar na permanência e, possivelmente, os que apontaram parcialmente podem nunca ter utilizado, mas entendem que é importante para outros alunos. Esses são números significativos, que mostram a importância da temática e a necessidade da discussão para um conhecimento mais amplo e o reconhecimento dessas políticas na luta pela redução das desigualdades sociais.

[...] a essência da política de assistência e permanência estudantil deve se materializar em um conjunto de ações programáticas voltadas à emancipação e promoção dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com dificuldades de acesso, permanência e conclusão nos cursos Técnicos de Nível Médio Integrado da Educação Profissional Tecnológica. (DOS SANTOS MORAES, 2019, p. 58)

Diante disso, e dos impactos que as políticas de assistência estudantil podem ter para a permanência dos estudantes no ensino médio integrado, torna-se necessário que a instituição de ensino planeje e desenvolva suas ações ultrapassando as perspectivas de apenas oferecer auxílios financeiros, e sim promover espaços de representação estudantis, para que os alunos possam reivindicar por melhores condições de estudo.

Além disso, as instituições de ensino devem buscar estratégias que auxiliem no fortalecimento das PAE e que estejam adequadas ao contexto da comunidade escolar. Nesse sentido, como vivemos em uma sociedade cada vez mais tecnológica, foi desenvolvido o aplicativo CAE na rede com o objetivo de centralizar e facilitar o acesso aos documentos da assistência estudantil, visto que, em estudo anterior identificou-se que os meios mais utilizados pelos alunos para acessar os documentos das PAE eram por meio das reuniões de acolhimento, troca de informação entre os colegas, site institucional e murais, assim, a questão 12 buscou identificar a efetividade do aplicativo junto aos alunos.

Tabela 5 – Respostas referentes à questões 10

Questões	S	%	N	%	P	%
10. Para você o aplicativo cumpriu sua função de facilitar o acesso às informações da assistência estudantil?	136	88	1	1	18	11

Observa-se que a maior parte dos alunos indica que o aplicativo cumpriu sua função de facilitar o acesso às informações e documentos da assistência estudantil. Isso, pode se dar por ser algo diferente, pois normalmente eles têm acesso aos documentos da assistência pelo site institucional, nas reuniões ou por meio de manuais, já o aplicativo acaba por ser uma ferramenta diferenciada, provavelmente mais atrativa, pois os aplicativos fazem parte do dia a dia dessa geração e permitem mais autonomia e, no caso do aplicativo CAE na rede, permite conhecer um pouco mais sobre as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus e também um pouco sobre a história da instituição e sua organização.

[...] a introdução de novas ferramentas e tecnologias digitais, que promovam a interação e novas formas de relações sociais, em consonância com novas configurações de produção de conhecimento pela humanidade, permite vislumbrar novas formas de organização dos tempos, dos espaços e das relações nas instituições de ensino e pesquisa. [...] (ARAÚJO, 2011, p. 41)

Diante disso, percebe-se que as tecnologias, embora exijam por parte da escola e seus profissionais, uma nova postura e que leva tempo para se adequar, possibilitar o seu uso nos

espaços escolares permite novas configurações nas relações interpessoais e até mesmo na autonomia dos sujeitos na construção do seu processo de aprendizagem, possibilitando que sejam mais autônomos, críticos e conscientes do uso das tecnologias como instrumento de estudo.

Nesse sentido, a questão 13 buscou identificar a percepção dos alunos em relação ao aplicativo, onde eles poderiam expor suas sugestões e críticas para um melhor aproveitamento da ferramenta. Ao analisar as respostas, elas foram organizadas em dois aspectos, são eles positivos com 119 respostas e negativos com 26 respostas, sendo que 10 alunos não responderam a questão.

Aspectos positivos:

Nesse enquadram-se as respostas do que os alunos acharam de positivo no aplicativo, quais os benefícios do seu uso e se gostaram da ideia dessa nova ferramenta para acesso aos documentos da assistência estudantil.

Para mim está bom, como sou nova assim ficou esclarecido umas dúvidas que eu tinha. (Aluno(a) A – 1º Alimentos)

Acho que o aplicativo ficou muito bom, vai facilitar muito para nós calouros. (Aluno(a) B – 1º Alimentos)

Adorei o aplicativo, pois com ele posso me orientar sobre as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus. (Aluno(a) C – 1º AGRO C)

Está me ajudando por ser mais organizado, e está mais rápido o acesso do que eu necessito. (Aluno(a) D – 1º ADM B)

É um aplicativo que ajuda os alunos, pois explica sobre assuntos de nosso interesse. (Aluno(a) E – 1º ADM A)

Facilita muito a vida do estudante. (Aluno(a) F – 2º AGRO D)

Acho que o app ajuda os alunos a ter as informações mais facilmente, eliminando a necessidade de ficar horas procurando uma só informação. (Aluno(a) G – 2º MSI B)

O aplicativo é muito útil, pois facilita muito aos alunos ver os editais que no site do IFFar que são um pouco complicados. (Aluno(a) H – 2º MSI B)

O aplicativo facilitou o acesso à várias coisas, consegui encontrar mais rápido alguns assuntos que estava difícil de achar no site. (Aluno(a) I – 2º Alimentos)

Esse aplicativo é adequado e prático, gostei bastante, pois facilita para os estudantes. (Aluno(a) J – 2º AGRO A)

Aspectos negativos:

Nesse item, encaixam-se as respostas dos alunos que apontaram de negativo ou sugestões de melhorias para o aplicativo, sendo que a sugestão que mais foi indicada foi a disponibilização para celulares iOS.

Deveriam disponibilizar para o iOS. (Aluno (a) A - 1º ADM B)

Poderiam colocar os trabalhos, certificados e as horas concluídas dos alunos.
(Aluno(a) B - 2º ADM B)

Achei o aplicativo bem organizado, mas, acredito que pode ficar melhor. A forma de visualizar os editais poderia ser melhorada para não demorar tanto da página 1 para a 2 e da 2 para a 3. Com certeza facilita o acesso às informações que são muito importantes para nós. (Aluno(a) C - 2º ADM B)

A partir dos resultados da pesquisa é possível identificar que a utilização do aplicativo como ferramenta facilitadora para o acesso aos documentos da assistência estudantil, foi bem aceita pelos alunos. Para os que estão no primeiro ano, ele auxiliou a tirar dúvidas e a compreender um pouco sobre a organização da instituição e sobre as políticas desenvolvidas no campus. Para os alunos do segundo ano, que mesmo já tendo conhecimento sobre o que é desenvolvido na instituição, apontaram que o aplicativo facilita o acesso, diminuindo o tempo de pesquisa, tornando assim a busca das informações mais prática.

Deste modo, para a maioria dos alunos as políticas de assistência estudantil são importantes para a permanência na instituição, sendo assim, é necessário buscar ferramentas e estratégias diferenciadas que estejam adequadas a realidade da comunidade escolar, com vistas a disseminar o conhecimento sobre o tema e buscar o reconhecimento dessas ações como práticas que visam reduzir os índices de evasão e a desigualdade social, possibilitando que todos possam ter acesso a uma formação integral.

Considerações Finais

A escola por ser um espaço de transformação e emancipação, necessita estar atenta às constantes mudanças para se adaptar às demandas da sua comunidade escolar. Principalmente quanto à democratização do ensino, que busca a igualdade para todos tanto no acesso, quanto na permanência e êxito escolar. Diante disso, a heterogeneidade característica dos espaços escolares atuais, principalmente dos Institutos Federais, exigem ações que permitam aos sujeitos o seu pleno desenvolvimento.

Assim as políticas de assistência estudantil tornam-se significativas nesse processo de democratização, por meio do planejamento e desenvolvimento de ações que contemplem recursos financeiros e as demais dimensões dos estudantes, como as questões de saúde, de apoio pedagógico, do esporte, cultura e lazer. Embora, um tema de grande impacto para a educação, ainda são poucos os estudos no ensino médio integrado, uma modalidade que objetiva permitir a formação humana integral dos estudantes e requer um olhar mais atento.

Sendo assim, a partir dos objetivos desse estudo, verificou-se que os alunos após o uso do aplicativo CAE na rede e de sua avaliação em relação a efetividade, identificaram esse produto bem organizado, de fácil navegação e compreensão, e que usariam frequentemente o aplicativo e ainda indicariam o uso tanto para os colegas, quanto para o uso nas reuniões de acolhimento. Ainda, afirmaram que o aplicativo permitiu identificar as políticas de assistência estudantil no campus, mas ainda sem compreender de maneira aprofundada o conceito e o que essas políticas englobam. Assim, fica como uma possível adequação do aplicativo, que seja inserido um breve conteúdo sobre o conceito das PAE, e também como proposta de discussão por parte da instituição, na busca de fortalecer as políticas como um direito social e de proporcionar mais espaços de diálogo e representação estudantil na discussão da temática.

A utilização das tecnologias, por vezes acaba sendo mais lenta dentro das instituições de ensino, devido às particularidades da comunidade escolar, onde muitos não tem acesso à internet, não tem computador, celular que comporte determinada ferramenta e assim a instituição, conforme vai conhecendo seu público, pode ir se adaptando e inserindo novas possibilidade em seus espaços.

Sendo assim, deve-se ampliar o uso das tecnologias nos espaços escolares, entretanto cabe aos profissionais canalizar essas tecnologias para que sejam utilizadas a favor de um ensino mais autônomo e participativo, permitindo que os sujeitos possam conhecer a sua instituição e o que ela oferece, para que possam participar ativamente dos processos de construção, não somente das políticas de assistência estudantil, como dos demais processos educativos que estão ligados à comunidade discente.

Referências

ALVES, Jolinda Moraes. A assistência estudantil no âmbito da política de Ensino Superior Pública. In: **Serviço Social em Revista**. v. 5, n. 1. jul./ dez. 2002. Londrina-PR: UEL, 2002. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm. Acesso em 24 mar. 2020.

ARAÚJO, U. A quarta revolução educacional: a mudança de tempos, espaços e relações na escola a partir do uso de tecnologias e da inclusão social. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 12, p. 31-48, 18 mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1202>. Acesso em 27 mar. 2020.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 08 jan. 2020

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 08 jan. 2020

DOS SANTOS MORAES, Adriano et al. A colaboração da política de assistência estudantil na perspectiva do ensino médio integrado como travessia rumo à formação humana integral. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 3, n. 2, p. 37-61, 2019. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/435>. Acesso em 24 mar. 2020

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Apr. 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 30 mar. 2020.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?. *Educ. Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

OLIVEIRA, C., MOURA S. P., SOUSA, E. R. TICs na Educação: A utilização das tecnologias das informações e comunicação na aprendizagem do aluno. In: **Pedagogia em Ação Revista do Curso de Pedagogia da PUC Minas**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/11019>. Acesso em 25 mar. 2020

SABOIA, Juliana; VIVA, Marco Aurélio de Andrade; VARGAS, Patrícia Leal de. o uso dos dispositivos móveis no processo de ensino e aprendizagem no meio virtual. **Revista Cesuca Virtual: conhecimento sem fronteiras - ISSN 2318-4221**, [S.l.], v. 1, n. 1, jul. 2013. ISSN 2318-4221. Disponível em: <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/cesucavirtual/article/view/424>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

SCHMIDT, Sintian; VALENTINI, Carla Beatris. Tecnologias móveis na escola: cartografia dos movimentos da gestão escolar. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 510-532, out. 2016. ISSN 2175-795X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2016v34n2p510>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. ANÁLISE DE CONTEÚDO: EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA TÉCNICA PARA ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS. **Qualitas Revista Eletrônica**, [S.l.], v. 16, n. 1, may 2015. ISSN 1677-4280. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

VASCONCELOS, Natália Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, jan./jun., 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>. Acesso em 20 fev. 2020

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. 320 p.

5. DISCUSSÃO

Na busca pela democratização do ensino, superação da dualidade educacional e redução das desigualdades sociais, as políticas de assistência estudantil (PAE) tornam-se importantes instrumentos nesse processo, sendo que são estratégias e ações que visam garantir não apenas o acesso, como também a permanência dos discentes e a possibilidade de se desenvolverem plenamente, onde além dos recursos financeiros, a saúde, o acompanhamento pedagógico, a cultura, esporte e o lazer devem ser contemplados.

Conforme Ferreira e Souza (2019), a permanência estudantil está interligada ao desenvolvimento acadêmico e a formação integral, assim no percurso escolar o aluno deve ter condições de se desenvolver em todas as suas dimensões. Essa complexidade das políticas de assistência estudantil podem gerar contradições como a que foi observada durante a pesquisa para identificar as percepções dos alunos em relação às políticas desenvolvidas na instituição, onde os estudantes afirmam não conhecer o conceito de políticas de assistência estudantil, mas conhecem as que são desenvolvidas na instituição, ou seja, eles conseguem identificar que a moradia, a alimentação e o atendimento com profissionais da saúde de forma gratuita são políticas, mas outras dimensões como as questões das ações afirmativas, de diversidade e inclusão, de apoio didático, a cultura, esporte e o lazer, não são percebidas como políticas de assistência estudantil.

Embora a temática das políticas de assistência estudantil seja tão importante principalmente para os estudantes, eles e até mesmo os gestores não tem bem claro o seu significado, e isso pode ser o resultado de como essas políticas foram tratadas ao longo dos anos, onde sua concepção sempre esteve ligada as questões de moradia, alimentação e de ordem econômica como os auxílios (ANDRADE E TEIXEIRA, 2017). Nesse sentido, deve-se trabalhar e reconhecer as políticas de assistência estudantil, ultrapassando a visão de apenas repasse financeiro, visto que muitas outras ações são desenvolvidas com a finalidade de contemplar todas as dimensões dos alunos para uma formação integral (VASCONCELOS, 2010). Apesar de os alunos não terem conhecimento aprofundado sobre as políticas de assistência estudantil, eles têm compreensão da importância delas para a sua permanência na instituição de ensino, até mesmo estudantes que nunca utilizaram entendem que se elas políticas não fossem desenvolvidas, muitos colegas teriam que abandonar a escola.

A educação prevista nas legislações como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 é um direito de todos e dever da família e do Estado. Mas, como vivemos numa sociedade marcada historicamente pelas desigualdades sociais, esse ainda é um direito que não é para todos, pois para que muitos possam ingressar e permanecer em uma instituição de ensino só é possível por meio de políticas e ações que auxiliem nesse processo. Nesse cenário, as políticas de assistência estudantil tem papel importante nessa democratização do ensino, viabilizando as condições de igualdade educativa, para que todos possam estar na escola e se desenvolver.

Nessa perspectiva de reconhecimento das políticas de assistência estudantil, é preciso oferecer aos alunos instrumentos que possibilitem conhecer o que é desenvolvido na instituição da qual fazem parte. Compreendendo, assim amplitude dessas políticas para garantia do acesso, permanência e êxito escolar. Entretanto, os resultados da pesquisa mostram que os meios disponibilizados para acesso aos documentos da assistência estudantil são parcialmente satisfatórios. Essa dificuldade em acessar as informações pode acabar prejudicando os alunos na busca dos auxílios que teriam direito e contribuiriam na sua trajetória escolar, o que pode impactar na permanência desses estudantes.

As políticas públicas refletem a ação intencional do Estado junto à sociedade, sendo assim, são procedimentos e disposições que vão regulamentar as ações do governo para atender aos interesses públicos. Em relação à educação, sua democratização, e para que se cumpra o dever do Estado de possibilitar educação para todos, percebe-se a importância das políticas de assistência estudantil planejadas e executadas ultrapassando a percepção de apenas repasse financeiro, para que seja promotora da equidade educativa, promovendo condições do jovem pensar sua identidade pessoal e profissional, imaginar e planejar o futuro, com vistas a tirá-lo da zona de vulnerabilidade, (ANDRADE E TEIXEIRA, 2017). Diante disso, as políticas de assistência estudantil, são mais do que a garantia do acesso e permanência na escola, elas são intervenções que transcendem o espaço institucional, elas colaboram para a mudança social e a construção de uma sociedade menos desigual.

Diante disso, com o objetivo de possibilitar um acesso mais facilitado aos documentos da assistência estudantil, foi proposta a utilização de um aplicativo denominado CAE na rede. Sendo assim, identificou-se que o uso do aplicativo foi bem aceito pelos alunos, que afirmaram que o instrumento facilita o conhecimento sobre o que é desenvolvido na instituição, principalmente, para os alunos do primeiro ano que ainda estão conhecendo seu

novo espaço escolar, e para os do segundo ano o aplicativo torna a pesquisa mais prática, possibilitando um acesso mais fácil e intuitivo aos documentos.

Nesse sentido, a escola precisa ir se adaptando e repensando suas práticas para acompanhar as constantes mudanças dessa sociedade cada vez mais tecnológica que vivemos (SCHMIDT, 2016). Entretanto essas mudanças podem acontecer lentamente, pois o público que atendem é muito heterogêneo, ainda mais em um Instituto Federal como o que foi espaço para a realização dessa pesquisa, que atende alunos de diversos municípios do Rio Grande do Sul e de outros estados, com múltiplas diferenças e que influenciam nas maneiras de organização da instituição, então ao ir reconhecendo sua comunidade escolar pode ir implantando novas possibilidades que auxiliem na formação integral dos alunos.

No Instituto Federal onde foi realizada a pesquisa, a renda familiar da maioria dos alunos é entre 1 e 1,5 salário per capita e 0,5 e 1 salário per capita. Apenas uma pequena minoria apresenta mais de 3,0 salário per capita, o que caracteriza esse público atendido com uma condição de fragilidade socioeconômica. Diante desse cenário, e das diversidades e particularidades dessa comunidade escolar, possivelmente sem o acesso a políticas de assistência estudantil efetivas, que tenham a preocupação com o estudante para além do assistencialismo, onde são atendidas as questões de recursos financeiros, e também as de ordem pessoal, psicológica, pedagógica e cultural, esses alunos não teriam condições de permanecer e concluir seus estudos com êxito (ANDRADE E TEIXEIRA, 2017). Sendo assim, as políticas de assistência estudantil possibilitam que o estudante tenha igualdade para permanecer, se dedicar aos estudos e ter uma formação integral, para que possa se desenvolver de maneira multidimensional, em seus diferentes aspectos sociais, políticos, pessoais e culturais (FERREIRA E SOUZA, 2019).

Com isso, possibilitar o acesso das políticas de assistência estudantil por meio de um aplicativo, além de reduzir custos com a impressão de materiais, permite que os alunos com acesso à internet possam acessar as informações na hora e local que quiserem (OLIVEIRA, 2015). Assim, o acesso mais facilitado além de permitir que os alunos conheçam o que é desenvolvido na instituição, possibilita que possam trocar informações, conhecimentos e ir fortalecendo as representações estudantis e novas relações interpessoais.

Diante dos resultados do presente estudo, percebe-se a importância da discussão sobre as políticas de assistência estudantil no ensino médio integrado, onde os alunos mesmo sem compreender a total amplitude do tema, entendem que essas políticas são importantes e

impactam para a permanência dos alunos na instituição de ensino. Identificar as percepções dos estudantes sobre as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, proporcionar um novo instrumento de acesso aos documentos dessas políticas, reforça ainda mais a consciência da importância da representação estudantil para a construção de uma escola democrática, onde esses sujeitos se sintam pertencentes a instituição e conscientes das ações que são desenvolvidas com o objetivo de possibilitar as condições necessárias para que possam permanecer e concluir os estudos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos objetivos traçados e dos resultados obtidos por meio do presente estudo, conclui-se que:

- Existe uma contradição sobre os conhecimentos que os alunos possuem sobre políticas de assistência estudantil, pois eles conhecem algumas ações que são desenvolvidas na instituição, mas não conhecem seu conceito e todas as dimensões que elas englobam;
- Mesmo sem o conhecimento aprofundado sobre o conceito e suas dimensões, para os alunos as políticas de assistência estudantil são importantes para a garantia da permanência na instituição;
- As políticas de assistência estudantil que os alunos mais indicaram utilizar ou já ter utilizado foram alimentação, saúde, moradia e atendimentos com pedagogos(as) e técnico(a) em assuntos educacionais. Isso possivelmente é reflexo da realidade diferenciada do ensino médio integrado, onde os alunos ficam em tempo integral no campus, o que exige por parte da instituição formas diferenciadas de organização para atender sua comunidade escolar;
- Os documentos mais acessados sobre as políticas de assistência estudantil são da Moradia estudantil, de Convivência Discente do IFFar e da Concessão de Auxílios Financeiros, possivelmente por serem documentos que estão mais ligados a rotina dos alunos. Já em relação ao documento menos acessado é o das Ações Afirmativas, isso pode se dar pelo fato de os alunos acreditarem que o do seu conceito esta ligado apenas às cotas, que levam em consideração a condição das pessoas com deficiência, socioeconômica e étnico-racial para acesso nas instituições de ensino. Entretanto as ações afirmativas é algo mais complexo, que busca o reconhecimento e respeito das identidades e culturas.
- Para acesso a esses documentos da assistência estudantil os meios mais utilizados pelos alunos, são o site institucional, a troca de informação com os colegas, reunião de acolhimento e murais, entretanto para eles esses são meios de acesso parcialmente satisfatórios;
- Em relação a utilização do aplicativo CAE na rede, como ferramenta para facilitar o acesso aos documentos das políticas de assistência estudantil do campus, foi uma proposta bem aceita pelos alunos, onde afirmam que

utilizariam com frequência, indicariam seu uso para outros colegas e nas reuniões de acolhimento.

- Para os alunos o aplicativo CAE na rede cumpriu sua função de facilitar o acesso aos documentos institucionais, tornando a pesquisa mais prática, auxiliando os alunos que estão ingressando na instituição a conhecer um pouco mais sobre sua organização e o que é desenvolvido no campus. Para os demais alunos que já tem conhecimento sobre a instituição tornou a pesquisa mais fácil e intuitiva;

Diante disso, percebe-se que na busca de identificar as percepções dos alunos sobre as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, possibilitou o desenvolvimento de um produto educacional, o aplicativo CAE na rede que permite um acesso mais facilitado as políticas desenvolvidas no campus. Isso é muito importante para o aluno, para que possa conhecer a instituição da qual faz parte e participar ativamente do seu processo de aprendizagem e dos processos em que a participação discente se faz necessária. Também é importante para a instituição que pode compreender as políticas de assistência estudantil através das perspectivas dos alunos, o que torna o estudo, o planejamento e avaliação dessas políticas mais adequadas a sua comunidade escolar.

Por tudo isso, ressalta-se a importância da Educação Profissional e Tecnológica e do ensino médio integrado, como possibilidades de travessia para uma formação integral, que supera a dualidade educacional e a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, permitindo que os alunos possam escolher entre ingressar no mundo do trabalho e/ou prosseguir seus estudos. Além disso, destaca-se a importância das políticas de assistência estudantil nesse processo de democratização do ensino, mesmo que elas não sejam a solução para todos os problemas relacionados à desigualdade social, são ações que permitem que os jovens possam acreditar e buscar a oportunidade de ingresso em uma instituição de ensino e assim conquistar novas possibilidades, sabendo que terão o suporte necessário para permanecer na instituição, sentindo-se acolhidos e pertencentes aquele espaço escolar.

7. PERSPECTIVAS

Vivemos historicamente em uma sociedade com grande desigualdade social, e mesmo que a escola e a educação não sejam a solução para todas as mazelas sociais, ainda é por meio delas que são possíveis mudanças para reduzir essas diferenças. Por acreditar nisso e por trabalhar em um Instituto Federal, é possível acompanhar a importante função social que o espaço escolar tem. Por isso, decidi ingressar no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, para poder aprofundar meus conhecimentos sobre a EPT e colaborar para seu fortalecimento e valorização.

Pesquisar em um Instituto Federal, aprofundar os saberes sobre a EPT e o ensino médio integrado, é ter a certeza da compreensão da travessia para uma sociedade mais igualitária, que supera a dualidade educacional e que proporciona a todos o direito a uma formação integral, levando em consideração todas as dimensões dos alunos, para isso as políticas de assistência estudantil, temas desse estudo, são fundamentais para que aconteça essa democratização do ensino.

Por isso, como perspectivas espero que essa pesquisa e produto educacional sejam incorporados no cotidiano da instituição. Deste modo, possam ser utilizados como instrumento na luta pela democratização do ensino, na valorização da educação profissional e tecnológica e do ensino médio integrado e no reconhecimento das políticas de assistência estudantil como um direito social que tem como objetivo auxiliar na redução das desigualdades sociais, possibilitando que todos possam acessar e permanecer na escola, tendo uma educação integral e possam se desenvolver plenamente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 512-528, Ago. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200512&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 Abr. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01 nov. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em 01 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso 01 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 20 de mar. 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 01 nov. 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de Dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso 01 nov. 2018.

BRASIL. **Relatório do Tribunal de Contas n. 506/2013**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 abr. 2013. Disponível em:

<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d31323530303231&sort=RELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAOCOMPLETO;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=1>. Acesso em 01 nov. 2018.

BRASIL. MEC. SETEC. CONAE. **Conferência Nacional de Educação. Documento Final.** Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.Pdf. Acesso: 20 mar. 2019

DORE, R.; LÜSCHER, A. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais.** Caderno de Pesquisa. vol.41 nº.144, São Paulo Sept./Dec. 2011. Disponível em: www.peridiocos.capes.gov.br. Acesso: 07 out. 2018.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **"Evasão Escolar."** Promotor de Justiça de São Paulo (2013). Disponível em: www.peridiocos.capes.gov.br. Acesso em 31 out. 2018.

FERREIRA, Maria Cristina Afonso; SOUZA, Maria de Fátima Matos de. A visão dos alunos da educação profissional de nível médio sobre as políticas de permanência estudantil no IFPA. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, p. e12/ 1-23, fev. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/34876>. Acesso em: 12 mar. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

FUSARI, J. C. **O Planejamento do Trabalho Pedagógico: algumas Indagações e Tentativas de Respostas.** Centro de referência em Educação. São Paulo, FDE, 1998. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dir_a.php?t=014. Acesso em: 20 mar. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Diagnóstico quantitativo e qualitativo das taxas de evasão, retenção e conclusão.** Instituto Federal Farroupilha: 2015.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução nº 12 de março de 2012.** Aprova a Política de Assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/1330-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-12-2012-pol%C3%ADtica-de-assist%C3%A2ncia-estudantil>. Acesso em 20 mar. 2019

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução 102 de 02 de dezembro de 2013.** Define Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha e dá outras providências. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/1341resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-102-2013-diretrizes-institucionais-para-a-educac%C3%A7%C3%A3o-profissional-t%C3%A9cnica-de-n%C3%ADvel-m%C3%A9dio>. Acesso em 20 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução nº 178 de novembro de 2014.** Aprova o Projeto de Programa de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução nº 074 de dezembro de 2016.** Aprova o Regulamento de Registros e Procedimentos Acadêmicos do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em :
file:///C:/Users/jdoliveira/Downloads/Resoluc%CC%A7a%CC%83o%20074%202016%20-%20APROVAR%20o%20Regulamento%20de%20Registros%20e%20Procedimentos%20Acade%CC%82micos%20(5).pdf. Acesso em 20 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Resolução nº 066 de 08 de agosto de 2018.** Aprova o Regulamento de Convivência Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em:
file:///C:/Users/Jaqueline/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o_066_2018_-_APROVA_Regulamento_de_Convivncia_Discente_do_IFFar%20(2)%20(2).pdf. Acesso em 20 mar. 2019.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.** Disponível em:
http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2015324151055989pdi_14_18pdf.pdf. Acesso em 20 mar. 2019

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Prestação de Contas Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2017.** Disponível em:
file:///C:/Users/jdoliveira/Downloads/Relatorio%20de%20Gestao%20IF%20Farroupilha%202017%20(1).pdf. Acesso em 20 mar. 2019

JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense:** um estudo de caso no campus Passo Fundo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/739>. Acesso em 31 out. 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MOREIRA, M. A. O mestrado (profissional) em ensino. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 131-142, jul. 2004.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro.** Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez: UNESCO, 2011.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional:** dualidade histórica e perspectivas de integração. Anais da 30ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu: ANPEd, 2007.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, [S.l.], v. 16, n. 1, may 2015. ISSN 1677-4280. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>. Acesso em: 30 mar. 2020.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais**. Uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna, 2011

APÊNDICE 1 – Produto educacional

Como requisito para a obtenção do título de mestre, o programa ProfEPT exige a elaboração de um produto educacional. Sendo assim, na busca de atender essa demanda, foi desenvolvido como produto educacional um aplicativo, intitulado CAE na rede, a sigla CAE corresponde a Coordenação de Assistência Estudantil.

O referido aplicativo, foi desenvolvido com o objetivo de centralizar e facilitar o acesso aos documentos da assistência estudantil, o aplicativo traz um breve resumo e os documentos de algumas políticas, programas, editais e dos regulamentos das políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, com a finalidade de tornar a pesquisa mais prática e intuitiva. Sendo assim, o produto educacional visa facilitar a trajetória dos alunos em relação a busca de informações dessas políticas, principalmente para os ingressantes, que tem uma grande quantidade de conhecimentos para adquirir em relação a rotina da nova instituição da qual fazem parte.

Ainda, devido à necessidade de o produto ser aplicado, ele foi apresentado para os alunos do ensino médio integrado que ingressaram no ano de 2019 e 2020. Sendo assim, para identificar a efetividade desse produto e avaliá-lo, os alunos responderam um questionário disponibilizado no próprio aplicativo, onde puderam opinar sobre a organização e funcionalidade do produto e ainda se ele cumpriu a função de facilitar o acesso aos documentos das Políticas de Assistência estudantil desenvolvidas no campus.

O aplicativo apresenta um menu com onze ícones, composto por, “Conhecendo o IFFar”, “Políticas”, “Permanência e Êxito”, “Editais”, “Programas”, “Calendário acadêmico”, “Sistemas”, “Sobre”, “Regulamentos”, “Registro acadêmico” e o ícone para “Avaliação”.

O ícone Conhecendo o IFFar é composto por um breve histórico da instituição, seu organograma e quais cursos são oferecidos, tendo em vista, identificar a instituição e sua forma de organização.

Em “Políticas”, são apresentadas algumas desenvolvidas no campus, como a Atenção a saúde dos discentes, de Diversidade e inclusão, Ações afirmativas e Política de não violência. Já “Programas”, divide-se em Segurança alimentar e nutricional, Apoio didático-pedagógico, Promoção do esporte cultura e lazer. Em regulamentos, organiza-se em Auxílios (atleta, eventual, permanência, transporte e apoio financeiro à participação em eventos), Moradia Estudantil, Convivência discente, Concessão de apoio financeiro aos estudantes do

IFFar para participação em eventos e no ícone “Programa de Permanência e Êxito”, tem o documento do programa e o quadro de ações proposta para ser desenvolvidas no período de 2018-2020. Assim como nesse nas demais abas é possível encontrar um breve resumo de cada regulamento, política e programa, o documento em pdf e ainda um link que direciona para a página do instituto. Nos ícones “Editais”, “Calendário acadêmico”, “Sistemas” e “Registro acadêmico”, encontra-se o link que direciona para a página do instituto.

Após o uso do aplicativo pelos alunos, e de acordo com a avaliação que fizeram do produto educacional, identifica-se que o instrumento foi bem aceito pela comunidade escolar, onde a pesquisa dos documentos das políticas de assistência estudantil ficou mais prática, e principalmente para os alunos novos, o aplicativo facilita o conhecimento e compreensão de quais políticas de assistência estudantil são desenvolvidas na instituição. Além disso, o aplicativo está alinhado aos cuidados com os recursos financeiros e ambientais, pois evita a impressão de materiais e permite que os alunos possam acessar de forma rápida e dinâmica, no local e hora que quiserem as informações que precisam.

Portanto, o desenvolvimento do aplicativo, busca facilitar o acesso aos documentos das políticas de assistência estudantil, desenvolvidas no campus e também ser um instrumento que possa ser utilizado para divulgação do Instituto Federal e no reconhecimento das ações que desenvolvem na busca de oferecer uma educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade.

Por fim o produto educacional já está disponível para acesso no repositório da CAPES, na Plataforma EduCAPES através do seguinte identificador <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/569213>. E para download pelo link <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.iffar.cae> na rede.

APÊNDICE 2 – Questionário 1 – identificar as percepções dos alunos em relação as políticas de assistência estudantil desenvolvidas na instituição e seus impactos para a permanência dos alunos

Prezado(a) Aluno(a) :

Gostaria de convidá-lo (a) a participar da pesquisa de mestrado sobre o acesso as Políticas de Assistência estudantil do IFFar – SVS. Esse questionário contém questões sobre o nível de conhecimento sobre as Políticas de assistência estudantil e quais as maneiras utilizadas para acessar os documentos referentes a essas políticas e se esses instrumentos são satisfatórios.

Suas observações, percepções e/ou opiniões serão muito importantes para um eventual aperfeiçoamento e melhorias nas formas de acesso às informações das Políticas de Assistência Estudantil.

Questionário

Nome: _____

Curso: _____ **Turma:** _____

Email: _____ **Telefone:** _____

1 – Você conhece o que são políticas de assistência estudantil?

() sim () não

2 – Você conhece as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no IFFar – *campus* São Vicente do Sul?

() sim () não

3 – Caso você conheça, de que maneira teve acesso as informações referentes às políticas de assistência estudantil? (Resposta múltipla)

A - () servidores (docentes e TAE's)

B - () reunião de acolhimento (início do ano letivo)

C - () site institucional

D - () redes sociais – facebook, instagran, whatsApp

E - () colegas

F - () murais

G - () Outros

4 – Você já utilizou ou utiliza algumas das políticas da assistência estudantil, listadas abaixo? (Resposta múltipla)

- A - () auxílio permanência
- B - () auxílio transporte
- C - () auxílio para participação em eventos
- D - () auxílio atleta
- E - () auxílio eventual
- F - () moradia
- G - () alimentação – refeitório
- H - () saúde – (atendimento com médico, enfermeiro, odontólogo, psicólogo, nutricionista, assistente social)
- J - () atendimento com pedagogos, técnicos em assuntos educacionais

5 – Você já acessou algum dos documentos referentes aos regulamentos, políticas e programas da assistência estudantil desenvolvidos no IFFar – *campus* São Vicente do Sul citados abaixo: (Resposta múltipla)

- A - () Convivência discente do IFFar;
- B - () Concessão de auxílios da assistência estudantil aos estudantes do IFFar;
- C - () Da moradia estudantil;
- D - () segurança alimentar nutricional;
- E - () Promoção do esporte, cultura e lazer;
- F - () Apoio didático pedagógico;
- G - () Diversidade e inclusão
- H - () Ações afirmativas
- J - () De não violência

6 – De que maneira você teve acesso a essas informações referentes aos regulamentos da assistência estudantil? (Resposta múltipla)

- A - () servidores (docentes e TAE's)
- B - () reunião de acolhimento (início do ano letivo)
- C - () site institucional
- D - () redes sociais – facebook, instagran, whatsApp
- E - () colegas

F - () murais

7 – Você considera satisfatórios os mecanismos disponibilizados para acesso as informações referentes às políticas e os regulamentos de assistência estudantil?

() sim () não () parcialmente

8 – Essas políticas de assistência estudantil são relevantes para a sua permanência no IFFar – *campus* São Vicente do Sul?

() sim () não

Justifique a sua resposta:

APÊNDICE 3 – Questionário 2 – Para avaliação do produto educacional

Avaliação do Produto Educacional (Aplicativo “CAE na rede”)

Prezado(a) aluno(a) ou colaborador(a):

Este formulário faz parte de um projeto de produto educacional, denominado “CAE na rede” o qual faz parte de projeto de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, da mestrandia Jaqueline Dutra de Oliveira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – campus de São Vicente do Sul - RS, tendo a intenção de avaliar a percepção do público (alunos que ingressaram no ensino médio integrado no ano de 2019) sobre o uso do aplicativo “CAE na rede” como um instrumento facilitador ao acesso das informações da assistência estudantil desenvolvidas no IFFar campus São Vicente do Sul.

Todas as respostas são de caráter confidencial e todos os resultados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, sem identificação dos participantes.

Agradecemos sua colaboração!

Curso

- ☐ Técnico em Administração
- ☐ Técnico em Agropecuária
- ☐ Técnico em Alimentos
- ☐ Técnico em Manutenção e Suporte em Informática

Turma

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| ☐ 1º Ano | ☐ ALIM. |
| ☐ 2º ano | ☐ ADM A |
| | ☐ ADM B |
| | ☐ AGRO A |
| | ☐ AGRO B |
| | ☐ AGRO C |
| | ☐ AGRO D |
| | ☐ MSI A |
| | ☐ MSI B |

1 - A organização do aplicativo ficou clara e objetiva?

- ☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

2 - A navegação no aplicativo ficou de fácil compreensão?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

3 - Com o aplicativo, ficou mais fácil o acesso aos documentos da assistência estudantil do campus?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

4 - Você usaria esse aplicativo com frequência?

☐ Sim ☐ Não

5 - Você recomendaria o uso do aplicativo “CAE na rede”, para outros colegas?

☐ Sim ☐ Não

6 - Você recomendaria o uso do aplicativo nas reuniões de acolhimento?

☐ Sim ☐ Não

7 - Após a utilização do aplicativo, você pode afirmar que conhece o que são Políticas de Assistência Estudantil?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

8 - Após o uso do aplicativo, você consegue identificar quais são algumas das Políticas de Assistência Estudantil desenvolvidas no campus de São Vicente do Sul?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

9 - Agora que você conhece um pouco mais sobre as Políticas de Assistência Estudantil desenvolvidas no campus São Vicente do Sul, você acredita que elas são importantes para auxiliar na permanência dos alunos na instituição?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

10 - Para você o aplicativo “CAE na rede” cumpriu sua função de facilitar o acesso às informações da assistência estudantil?

☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente

11 - Indique sua opinião sobre o aplicativo "CAE na rede", sobre o que está adequado e o que ainda pode ser melhorado?

ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado do CEP

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: ESTUDO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS DE SÃO VICENTE DO SUL

Pesquisador: Jaqueline Dutra de Oliveira

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 14143519.2.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.545.642

Apresentação do Projeto:

De acordo com o solicitado,

Objetivo da Pesquisa:

Reelaborados, conforme solicitação anterior. de acordo

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com os documentos reguladores.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pertinente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados e/ou corrigidos conforme solicitação anterior. Estão muito bem elaborados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há novas pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acata o parecer do Colegiado

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

CEP: 97.110-767

E-mail: cep@ifarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA**



Continuação do Parecer: 3.545.642

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1355404.pdf	16/08/2019 16:02:01		Aceito
TCLE / Temos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Temo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_TCLE_ALUNOS_MAIORES_DE_IDADE.docx	16/08/2019 15:59:58	Jaqueline Dutra de Oliveira	Aceito
TCLE / Temos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Temo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_TCLE_PAIS.docx	16/08/2019 15:59:43	Jaqueline Dutra de Oliveira	Aceito
TCLE / Temos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Temo_de_assentimento_livre_e_esclarecido_TALE.docx	16/08/2019 15:59:31	Jaqueline Dutra de Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.docx	24/07/2019 21:08:46	Jaqueline Dutra de Oliveira	Aceito
Cronograma	Cronograma_pesquisa.docx	16/05/2019 15:38:44	Jaqueline Dutra de Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_Jaqueline_Dutra_de_Oliveira.pdf	13/05/2019 16:32:20	Jaqueline Dutra de Oliveira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 30 de Agosto de 2019

Assinado por:

GIANCARLO BAZARELE MACHADO BRUNO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

CEP: 97.110-767

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@ifarroupilha.edu.br